

ATA DA XLVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2019, às 09h, no auditório do Departamento de Estradas de Rodagens de Pernambuco (DER/PE), situado à Av. Cruz Cabugá, nº 1033 – Santo Amaro – Recife/PE, presentes os conselheiros regularmente convocados e convidados, devidamente registrados em Listas de Presença, deu-se início a XLVI Reunião Ordinária do CRH e, observada a complementação do quórum necessário, registramos que, através de e-mail enviado ao CRH, apresentaram suas justificativas de ausência os conselheiros: **Anderson Paiva (conselheiro-suplente da ABRH)**, **Djalma Alves de Souza (Prefeito de Solidão/PE)** e **Cleomatson Coelho de Vasconcelos (Prefeito de Santa Filomena/PE)** – ambos representantes do Sertão, e o **Deputado Diogo Moraes. Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Bom dia a todos e a todas! Vamos dar início a XLVI Reunião Ordinária do CRH, conforme previsto, conforme a Convocação. Então, para fazer a abertura da reunião eu passo a palavra para a nossa Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos, **Fernandha Batista**.” **Fernandha Batista (Presidente do CRH)**: “Bom dia a todos! É uma satisfação estar aqui novamente! Há menos de um mês a gente se reuniu aqui, numa Reunião Extraordinária e hoje a gente está aqui para dar uns esclarecimentos a respeito do que ocorreu de lá para cá, e também para dar continuidade, dar andamento à quarta reunião do CRH deste ano. Ontem, Pernambuco participou em Brasília, tanto do Seminário, no dia 10 (dez) de dezembro agora, na terça-feira passada, quanto ontem, na reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) – onde todo o Nordeste estava presente e vários pontos foram deliberados e eu vou falar um pouco sobre isso também, mas queria destacar uma coisa importante, além de agradecer a presença de todos, de falar da nossa intenção de, cada vez mais, participar e trazer pautas importantes para o Conselho, e discutir com as câmaras. Eu vi que também está na nossa meta hoje, propor a questão da reestruturação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI) e a nossa proposta é que, ao longo de 2020 – que é outra pauta que também faz parte do trabalho de hoje, quais as datas dos Encontros que serão realizados, é que aumente mais ainda, a participação dos conselheiros – como a garantia também da nossa participação direta nesses sistemas que são muito importantes! Ontem foi um dia fundamental para a consolidação da retomada do CNRH – acho que em abril foram extintos todos os Conselhos, mas em setembro o de recursos hídricos foi recriado através de Legislação aprovada no Congresso, e ontem foi a Posse dos Conselheiros – em que nós somos Suplentes e o nosso Titular é **Paulo Varella**, do Rio Grande do Norte, e o Primeiro-Suplente é **Porfírio**, da Paraíba, então ficamos na Segunda-Suplência e estamos muito bem representados, e participativos, nesse processo em Brasília. A ideia é também fazer algumas reestruturações – que aí é uma coisa que a gente tem que começar a pensar, em relação ao funcionamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), mas para trazer mais efetividade e mais voz aos conselheiros. Queria falar de um ponto importante: a gente teve uma reunião aqui, no dia 18 de novembro, agora recentemente, onde algumas pautas foram aprovadas e numa delas diz respeito ao PISF – a questão da operacionalização e das tratativas da APAC, como Operadora Estadual, e da Cobrança! E isso aí foi uma longa discussão e eu queria falar um pouquinho desse ponto, o que é que aconteceu de lá para cá, depois da questão da votação! A gente fez o trabalho de análise, discussão e votação ao nível do CRH e, entre os dias 18 (dezoito) e 19 (dezenove) de novembro essa foi a única pauta da agenda! Inicialmente, a gente fez reuniões com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) – com revisão, com uma discussão muito profundo, com a participação direta da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) – que é coordenada por **Alexandre Rebêlo**. E depois disso a gente fez rodadas de discussões dentro da Agência Reguladora de Pernambuco (ARPE), com alguns usuários e aí eu cito dois exemplos: a Compesa, que é um grande usuário e o Sindaúcar. A gente também fez discussões com a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) – na Presidência da ALEPE, no dia 19 (dezenove) de novembro, depois do que a gente discutiu aqui, e por fim, depois de passar por Compesa, Sindaúcar, ARPE, ALEPE, fizemos uma reunião na noite do dia 19 (dezenove) de novembro no Palácio do Governo – nesse dia, nesse momento, o Governador estava numa semana de trabalho com todos os outros Governadores do Nordeste, na Itália – passaram pela Itália, Espanha, enfim, na busca de alguns financiamentos importantes, que já estão se consolidando agora, mas o Governador estava fora no dia 19 (dezenove) de novembro. O último dia para o envio de qualquer Projeto de Lei – não só desses, foi no dia 20 (vinte) de novembro! Então, a gente teve, de fato, todas essas tratativas ao longo do dia 19 (dezenove). Recapitulando, para quem está chegando: fizemos reuniões, após a Reunião do CRH no dia 18 (dezoito) de novembro – acho que aqui terminou por volta das 16 (dezesesseis) horas; fizemos reuniões com alguns usuários – os dois grandes exemplos são a Compesa e o Sindaúcar; Houve discussão na ARPE a respeito do impacto que o PISF, a Cobrança vão trazer nas respectivas tarifas – e isso deve ser discutido e foi introduzido na ARPE; Discussão na SEPLAG; dentro da ALEPE e por fim, voltando para o ponto que eu estava, foi feita uma reunião dentro do Palácio do Governo – o Governador estava na Europa – com a presença de 06 (seis) Secretarias, dentre elas a Casa Civil, a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), a SEPLAG, a PGE, a SEINFRA e Comunicação. A gente conseguiu fazer toda uma discussão, que foi muito rica naquele momento e, dentro do que foi pleiteado nessas reuniões, seja na ARPE, seja pelo Sindaúcar, pelo grupo ou pela a associação, seja dentro da própria ALEPE, foi: primeiro, uma compreensão em relação à agilidade – que a gente precisa ter para se estruturar, para assumir a

52 operação do São Francisco – isso foi unânime, todo mundo concordou; segundo, a concordância com o conteúdo da Cobrança – na
53 verdade há um entendimento e há uma observação em relação ao que acontece lá fora, muito perto de nós, é assim: as melhoras
54 na prestação dos serviços que a Paraíba pôde ter após a implementação da Cobrança; o trabalho de gestão dos recursos hídricos
55 que o Ceará desenvolve há pelo menos 20 (vinte) anos depois de ter implementado a Cobrança. Então, a importância do conteúdo
56 da Cobrança também foi discutida! Alguns dos órgãos que eu citei, comentou e solicitou que a gente fizesse algumas rodadas de
57 esclarecimentos – a gente deixou claro que as Audiências Públicas já foram realizadas e foram 10 (dez)! Cumprindo aí mais do que
58 se preconiza qualquer norma de transparência, mas que naquele momento, na noite do dia 19 (dezenove), fizemos uma votação no
59 Palácio – levamos a votação que foi realizada no CRH – creio que foram 09 (nove) votos favoráveis e 07 (sete) contrários –
60 ponderamos isso também, e nessa votação entre 06 (seis) Secretarias do Governo do Estado, nós optamos por enviar no dia 20
61 (vinte) de novembro – que era o último dia antes do encerramento dessa sessão na ALEPE, enviar o Projeto de Lei que se refere à
62 operação do São Francisco – a questão de assumir essas atividades que o Governo Federal está impondo aos Estados – e
63 Pernambuco não vai deixar de fazer todo o trabalho necessário para essa água chegar na casa das pessoas – e hoje já chega, pelo
64 menos, para 400.000 (quatrocentos mil) habitantes! Optamos naquele momento de enviar a proposta que se refere ao PISF – que é
65 o nosso Título I, o primeiro que foi aprovado no CRH, e discutir para enviar em fevereiro a questão da Cobrança! Essa discussão, a
66 gente não tem a intenção de voltar anos atrás, dois anos atrás pelo menos, e começar do zero! Na verdade, à título de
67 esclarecimento, se tiver alguma alteração significativa isso deve se dar no âmbito da Assembleia, mas a gente não pretende fazer,
68 com o perdão do termo, 'o cachorro correr atrás do rabo'! A gente já tem uma opinião, um estudo que foi desenvolvido, ao mesmo
69 tempo foi pleiteado uma discussão que traga maiores esclarecimentos e foi pactuado entre as Secretarias, inclusive na ALEPE, que
70 esse projeto deve ser encaminhado até o final de fevereiro! Então, fizemos esse trabalho e isso deve estar sendo votado nos
71 próximos dias – essa questão do PISF, e a gente está acompanhando outra coisa que também fizemos, depois da Reunião do CRH,
72 foi solicitar ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) que prorrogasse, pelo menos, por 06 (seis) meses a Outorga para
73 essa operacionalização não ser assumida pelos 04 (quatro) Governos dos Estados beneficiários do PISF, para isso não acontecer
74 agora, em janeiro, e a gente tem algumas razões para isso! a gente está numa maratona, com os processos bem avançados, mas a
75 gente precisa concluir algumas Licitações que são importantes, para fazer essa operação ter, de fato, a efetividade necessária. A
76 gente precisa ter um trabalho de Fiscalização de Campo, de análise, de Monitoramento Hidrológico, enfim, uma Central de Controle
77 Operacional dentro da APAC, que é a nossa Operadora Estadual, e isso requer um tempo, pelo menos alguns meses! Então, a
78 gente pediu e isso foi considerado pelo Ministério, foi encaminhado à Agência Nacional de Águas (ANA) – que também já emitiu um
79 parecer e ontem foi votado no CNRH, essa postergação, esse Aditivo de Prazo da Outorga! Então, eles têm a Outorga e é provável
80 que o início da operação comercial ocorra até julho – a Outorga vai até 31 (trinta e um) de julho – a gente não sabe o mês,
81 exatamente, em que o Estado vai assumir essa atividade, mas com certeza, até o dia 31 de julho! A gente deve também, pelo
82 menos há uma meta de em dezembro, os 04 (quatro) Estados assinarem um contrato, digamos que um Contrato de Prestação de
83 Serviços onde tem todas as obrigações do Governo Federal e todas as obrigações de cada Estado beneficiário – pretende ser
84 assinado ainda em dezembro, com a participação da PGE e assinatura ou delegação por parte dos Governadores, mas é um tema
85 que a gente entende que tem sido bem equacionado, pois é um tema que não é fácil, é realmente complexo – não só em
86 Pernambuco, todos os outros Estados se encontram nesse mesmo nível de preparação, apesar deles terem um avanço maior em
87 relação à gestão dos recursos hídricos, também por terem implementado a Cobrança anos atrás, mas em relação à operação do
88 São Francisco, todo mundo precisa de um incremento operacional e essa fase de contratação é importante para a gente poder
89 assumir essas atividades de forma segura. Ontem, inclusive, coincidentemente foram abertas – coincidentemente não, porque foi
90 uma solicitação também nossa! Mas foram abertas as comportas do Eixo Leste. Tem algumas obras que o MDR está fazendo, tem
91 contratações que eles ainda estão concluindo o Processo Licitatório e é importante que essa transição seja muito bem coordenada e
92 com a compreensão das duas partes para poder essa 'transmissão de bastão' ser bem-sucedida! Então, eu queria agradecer a
93 presença de todos e falar da importância que, ao meu ver, tem esse Conselho – onde todo mundo tira o 'vestuário das suas próprias
94 funções' e somos todos conselheiros. Se cada vez mais a gente se propor a pensar no coletivo e a buscar essas melhorias à nível
95 Governo, à nível sociedade, buscando o uso sustentável da água, o resultado bom é para todo mundo! Então, que fique claro o
96 nosso compromisso diante desse trabalho de busca da sustentabilidade em relação a esse tema. Muito obrigada! Agora passo a
97 palavra para **Simone Rosa.** **Simone Rosa:** "Então, dando seguimento, o nosso próximo ponto de pauta, vamos seguir com a
98 aprovação da ATA da XLV Reunião Ordinária, do dia 15 (quinze) de agosto de 2019. Nós ainda não temos a ATA da última reunião,
99 já que ela ocorreu num tempo relativamente curto, pois foi em 18 (dezoito) de novembro, já que nós temos um serviço de gravação
100 e de transcrição, e ainda não recebemos o teor de toda a ATA transcrita e então por isso não trouxemos, hoje, a ATA da última
101 reunião, que foi a XIX Reunião Extraordinária, ocorrida em 18/11/2019. Então, prosseguimos então com a aprovação da ATA da
102 última Reunião Ordinária de 15/08/2019. Bem, todos os conselheiros a ATA previamente, com a devida antecedência, junto com a
103 Convocação desta Reunião, e como se trata de uma ATA muito extensa o nosso procedimento tem sido não ler aqui a ATA, e sim,
104 abrir a palavra ao Plenário para os conselheiros que tiverem alguma sugestão de alteração, ou quiserem alguma correção, possam
105 se expressar, e aí a gente vai, pontualmente, nos aspectos que forem citados aqui pelos conselheiros. Então, abro a palavra aqui ao
106 Plenário: quem quiser se manifestar, por favor identifique-se porque esta reunião também está sendo gravada, e aí pode fazer a sua
107 colocação! Não temos nenhuma inscrição, nem uma sugestão, proposição, alteração, complementação, não? Bem, já que
108 aguardamos um pouco aqui e não houve manifestação, entendemos que não há nenhuma proposta e todos, então, aprovam por

unanimidade a ATA da XLV Reunião Ordinária do CRH, do dia 15/08/2019, na forma como ela foi enviada aos conselheiros – então, aprovada a ATA da forma como foi encaminhada, sem nenhuma alteração!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "É apenas um pedido de esclarecimento à Dra. **Fernandha**, e me corrija se eu estiver enganado. Na vez passada, que foi a reunião de novembro, a gente propôs a inclusão nesse Projeto de Lei – que seria da outorga e não seria do São Francisco, a obrigatoriedade do Estado em não contingenciar os recursos do FEHIDRO! Eu queria saber se, no encaminhamento para a Assembleia Legislativa, da segunda parte que vai ser em fevereiro, está incluso já isso?" **Fernandha Batista**: "a gente não fez mudanças significativas do conteúdo desse primeiro título, na verdade, a gente retirou uma parte, porque toda a normativa vai ser através de um Decreto do Governador – isso está no Projeto de Lei! Então a gente deixou a caracterização da APAC como operadora, e a gente pode disponibilizar, claro, a minuta que foi enviada para a ALEPE, e mantemos esse objetivo, essa intensão dos recursos do FEHIDRO não serem contingenciáveis, senão não tem operação do São Francisco e nem a melhoria de gestão!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Agora, é que se for na alçada de um Decreto do Governador não adianta, absolutamente nada, porque é próprio Governador que contingencia! Então tem que ser uma instância acima, para dizer que o Governador não pode contingenciar! Senão seria inócuo." **Fernandha Batista**: "A parte da Cobrança não foi encaminhada!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Não chegou nem a encaminhar?" **Fernandha Batista**: "Não! A da Cobrança, não! Como alguns setores disseram: 'olhe, a gente quer discutir mais!' Na verdade, todos esses setores, inclusive a ARPE – com quem a gente se reuniu também entre o dia, acho que foi no dia 19 (dezenove) de novembro mesmo, e disseram: 'vamos discutir mais, porque é um tempo muito curto e eu acho que a palavra 'cobrança' termina assustando! Então, foi um pedido de dialogar mais sobre isso e encaminhar em fevereiro, ao invés de encaminhar num Processo de Urgência, junto com o PISF. Então, o PISF foi e Sandra pode confirmar aí, exatamente, essa questão do artigo, mas o objetivo é esse!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Certo! Agora, no caso, como a Assembleia vai receber em fevereiro e nossa reunião, possivelmente, só vai ser no dia 15 (quinze) de março, eu solicitaria que fosse encaminhada aos conselheiros, a versão a ser enviada para a Assembleia Legislativa!" **Fernandha Batista**: "Se acharem prudente, a gente também já deixa marcada uma Reunião Extraordinária, ou antecipa a Ordinária, enfim!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Não dá por causa do Carnaval, aqui em Recife é muito quente nessa época!" **Fernandha Batista**: "Mas a gente disponibiliza a minuta para os conselheiros, antes de enviar para a ALEPE!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "E aí eu queria ler, naquela minuta, essa inclusão, porque foi acertado dentro do Conselho e aceito pela Secretária!" **Fernandha Batista**: "Sim, isso é fundamental! Certo." **Simone Rosa**: "Eu vou passar para Sandra para ela fazer um esclarecimento aqui, inclusive a respeito da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)." **Sandra Ferraz (da SERH)**: "O Projeto de Lei que foi encaminhado para a Assembleia, como a Secretária falou, é o que diz respeito ao PISF, especificamente ao Sistema Estadual de Gerenciamento desse Projeto-PISF. O Título II, que tratava da Cobrança, inclusive falamos com **Jorge Fieza** e nos comprometemos em até voltar o assunto à CTOC, porque eles tinham esse registro e até houve uma reunião ontem, que a gente precisa que eles opinem, e aí é uma oportunidade de fazer isso, no que diz respeito à Cobrança. Então, fiquem tranquilos, porque em janeiro a gente vai trabalhar com a Cobrança, e aí eu acho que não vai ter previsto uma Reunião Ordinária do CRH, porque normalmente ocorre em março, no mês da água, é a primeira Reunião Ordinária do CRH – o que não impede de marcarmos uma Extraordinária para tratarmos dessa questão, mas é um compromisso de o quanto antes, a gente fazer e envolver a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)." **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: "Era exatamente sobre isso que eu iria falar: seria interessante, porque existe uma dificuldade de se fazer uma Reunião Extraordinária, pois parece que o 'deadline' é fevereiro, o prazo final de entrega é fevereiro, então seria interessante uma articulação dos conselheiros, para eles terem acesso a essa minuta do projeto que vai ser encaminhada, se articular com a CTOC, e seria dentro dessa câmara técnica que se faria essa discussão, e em março, traria de volta para o Plenário do CRH. Mas entre janeiro e fevereiro a articulação entre a CTOC e os conselheiros que acharem por bem um parecer, eu acho bem interessante!" **Fernandha Batista**: "Só para a gente ver se está nivelado! O pedido, agora, entre 19 (dezenove) e 20 (vinte) de novembro, foi que o encaminhamento não fosse feito sem um maior esclarecimento para alguns setores. Acho que é importante a gente manter o que foi pactuado na última reunião – que não foi um trabalho fácil! E não rasgar toda a discussão do dia 18 (dezoito) de novembro. Eu lembro também, perfeitamente, que a gente incluiu esse artigo, tratando da questão de não serem recursos passíveis de serem contingenciados, senão não fica de pé tudo o que a gente se propõe a fazer, mas que a gente não pretende voltar a discussão do início – senão a gente não consegue enviar nem em julho! Que dirá em fevereiro ou início de março – já que tem aí, bem lembrado, o Carnaval que acho que será da metade para o final de fevereiro. Então assim, se a gente não focar mesmo em discutir, verificar esses pontos que são fundamentais para a operacionalização dos recursos, melhoria da gestão, a gente vai voltar a discutir coisas de três anos atrás, e não envia por mais um ano! É ruim, não é? Ontem a gente viu como é importante que todos os instrumentos estejam implantados – a gente vê um cenário nacional, os outros Estados têm avançado nesse ponto e Pernambuco precisa avançar também! Pernambuco, a gente tem a proposta de cada vez mais, inclusive é um dos Estados que eles mais comentam – de participação, de envolvimento, de seriedade em relação ao que preceitua a Lei, e não nos caberia voltar todo o processo para discutir alguns detalhes, e nem votar novamente! Eu acho que é uma revisão final, na verdade, mas que cada ponto desse foi discutido, foi aprovado e não vale à pena a gente voltar para o início! Agora, uma discussão, a questão dos esclarecimentos serem dados, o envolvimento, o diálogo com os setores que vão ser mais afetados – da indústria, enfim! Isso já foi feito, mas acho que cabe novamente, pois quanto mais esse ponto tiver aceito e esclarecido na cabeça das pessoas, melhor e mais fácil ele vai influir – seja na ALEPE, seja no dia-a-dia, depois, para quem vai lidar com a gestão dos recursos hídricos." **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: "Foi exatamente isso que eu havia falado, que não é para voltar a discussão do início, mas dentro da CTOC, fazer as vezes do Plenário do CRH, para que revise isso aí, e até

166 porque – como disse o pessoal das Secretarias – fechar alguns pontos que ficaram abertos no decorrer desse processo todo.
167 Vamos supor: a CTOC não ter sido consultada, e aí a gente fecharia, pavimentaria realmente esse processo, sem deixar dúvidas e
168 referendar o que já está sendo feito! Mas eu acho que tem de passar, justamente, pelo CRH. E já que o CRH está com dificuldade
169 de se reunir por causa do Carnaval, a CTOC poderia se reunir – não sei, o Coordenador está aqui, mas eu acho que poderia se
170 reunir entre janeiro e fevereiro, conversar com os conselheiros que quiserem opinar e fazer essa – não digo revisão, mas referendar
171 o que já foi feito, para se precisar algum ajuste, etc.” **Suzana Montenegro (Presidente da APAC):** “Bom dia! Eu gostaria só de
172 lembrar que esse Conselho decidiu que essa etapa estaria vencida, que o detalhamento ainda iria passar pela CTOC e pelo CRH
173 em uma outra fase! E lembrar também que essa discussão ela já foi feita – foi feita uma apresentação na CTOC, do Estudo de
174 Cobrança, então passou pela CTOC – não é que não tenha passado! Então, só reforçando aqui o que a Secretária disse, eu acho
175 que não temos mais que voltar para uma discussão do que já foi votado por este Conselho! Acho que o passo é o seguinte! E aí
176 passa por todas as instâncias: a CTOC, a CTALI e o CRH!” **Jorge Fieza (da Associação Fazenda Fieza):** “Só um adendozinho,
177 bem rápido! Eu entendi que era bom se discutir com a ARPE, com outras entidades ou algo assim, e a CTOC talvez seja uma
178 oportunidade de convidar esse pessoal, para aproveitar essa oportunidade de articulação com outros agentes externos, é só para
179 aproveitar a oportunidade!” **Fernandha Batista:** “A gente entende que a fase seguinte, na verdade, ela vai ser bem mais trabalhosa
180 do que essa que passou! Essa fase que passou dá um apanhado geral da implementação da Cobrança, mas a etapa seguinte, do
181 detalhamento: de como que isso vai ser efetivado em cada bacia? Como que vão ser os Preços Únicos? Se tem ou não, algum tipo
182 de, digamos que, o tratamento diferente por setor – ou tarifa, ou desconto? Isso tudo vai ser discutido nessa próxima etapa que,
183 pelo menos na minha visão, vai ser bem mais trabalhosa do que a primeira! E que aí a gente tem que, realmente, perpassar por
184 todas essas discussões! A discussão da ARPE e a Secretaria, é porque é o órgão regulador do Estado – então é por obrigação
185 mesmo, da Secretaria levar o tema – não só para o tema voltado para a Cobrança em si, mas a gente também faz reuniões em
186 relação a todas as concessões que existem no Estado, a questão tarifária da Compesa, por exemplo. Então, esse tema da ARPE é
187 um dos pontos que a gente vai precisar esclarecer, mas essa etapa das definições, da operação, da implementação da Cobrança de
188 fato, vai ser um grande trabalho e é o passo seguinte – como disse a nossa Presidente da APAC – é o passo seguinte! É mais
189 trabalhoso e vai nos trazer aí, de fato, toda essa necessidade de detalhamento de como é que a implementação vai ocorrer, e que
190 será, claro, discutido em cada câmara, nos COBHs e no CRH.” **Herbert Tejo (do COBH-GL1 Metropolitano Norte):** “Bom dia!
191 Infelizmente não pude estar presente na última reunião, pois acho que foi bastante interessante, mas foi por uma questão de saúde.
192 Minha questão, até para um nível, agora, de entendimento, porque para mim não ficou muito claro. Estou entendendo que na
193 reunião anterior foi aprovada a minuta que a APAC preparou para o Projeto de Lei – e é isso mesmo? É isso! Certo! Então, uma vez
194 aprovada, há um requerimento principalmente dos grandes usuários, de esclarecimento, mas não há mais possibilidade de alterar o
195 texto da minuta – correto? Porque assim, só para complementar a minha fala, porque se só for esclarecimento – e a gente está
196 falando de algo que já está fechado e decidir, tudo bem! Agora, se vai ser encaminhado em fevereiro, e nessa fase de
197 esclarecimento, houver qualquer possibilidade de mudança, aí é um cenário diferente!” **Fernandha Batista:** “Não, lhe respondendo:
198 esse cenário de modificação, na verdade, é o que eu comentei antes, a gente nem conseguiria fazer tão rápido! A ideia é mesmo
199 esclarecer, dialogar, tratar da importância, da justificativa do Projeto de Lei que será encaminhado em fevereiro – isso foi o que os
200 setores solicitaram! Porque, na verdade, depois disso ser encaminhado, tramitado, aprovado, à nível da ALEPE, a gente vai ter todo
201 o trabalho de definição, de como que isso vai ser implementado! A Lei entra como a possibilidade legal, claro, a permissão de a
202 gente implementar, mas para a implementação isso vai ser discutido à nível de COBH, de câmaras técnicas e aprovação, claro, no
203 Conselho.” **Herbert Tejo (do COBH-GL1 Metropolitano Norte):** “Ok! Esclarecido, obrigado!” **Simone Rosa:** “Eu queria fazer um
204 comentário só para complementar aqui, que é o seguinte: a gente tem que lembrar e eu queria refrescar, um pouquinho, a memória
205 aqui, de que a nossa Política Estadual, a Lei 12.984, exige que para a gente implementar a Cobrança, a gente tem que ter uma Lei
206 Específica, então eu acho que a gente deu um grande passo – esse Conselho, o nosso Estado, quando a gente conseguiu passar
207 na Plenária desse Conselho esse texto do Projeto de Lei! Então, a colocação de **Suzana** também foi nesse sentido de que isso é
208 muito importante, porque o texto vai ser aprovado exatamente como está? Provavelmente não! Isso vai para a ALEPE e vai seguir
209 os caminhos! O Conselho é opinativo! Então, foi aprovado por esse Conselho e é claro que se busca, se pretende que siga dessa
210 forma, que se respeite o que foi aprovado aqui no Conselho, mas a gente não tem essa garantia por Lei. Então, eu acho que esse
211 grande passo foi dado e o Conselho aprovou de uma forma ampla, abrangente! Então eu acho que as modificações, os detalhes, a
212 regulamentação – que é o que vai dar muito trabalho, vai ser um ‘trabalho de formiguinha’, e aí a CTOC vai ter um papel importante,
213 tanto que talvez seja até reestruturada aí, vamos ver como é que vai ficar! Então, esse papel vai ser muito importante, mas a gente
214 precisa seguir adiante com o que foi aprovado – embora não tenha sido encaminhado o Projeto de Lei com o Título I e o Título II
215 aprovado – o Título I seguiu e o Título II nada mudou – ele segue com o texto que foi aprovado aqui nesse Conselho. Então, eu
216 acho que na minha opinião, a gente respeita o que foi aprovado aqui na Plenária do Conselho – mesmo que seja desmembrado,
217 isso segue, e a gente vai trabalhar na regulamentação – e aí sim, arregaçando as mangas com a CTOC e com todas as câmaras
218 técnicas e vamos ter uma ampla discussão do detalhamento e regulamentação dessa Lei!” **Ricardo Braga (da ANE):** “**Simone,**
219 você disse tudo aquilo que eu iria dizer, **Simone!** É porque é bem claro! Na realidade, o Conselho já cumpriu o seu papel. O que
220 tem agora é: o Governo do Estado trabalhar para convencer, para esclarecer, evitando que os setores de pressão, estabeleçam
221 pressão sobre a Assembleia Legislativa e modifiquem o que a gente aprovou! Então, primeiro, o nosso papel já está cumprido!
222 Agora, em relação à CTOC – que eu acho muito legítima a preocupação desde a reunião passada, de certa forma, mas já houve

discussão lá, mas é que eles vão ter trabalho a partir de agora, porque toda a discussão de Outorga e Cobrança, no detalhamento, vai ser na CTOC! Então, podem ficar tranquilos porque trabalho vem!" **Simone Rosa**: "Obrigada, **Ricardo**, pelos esclarecimentos! Se não houver mais nenhum questionamento, mais nenhum comentário em relação a esse ponto, a gente pode prosseguir com a pauta." **José Carlos Queiroga (da FIEPE-CTOC e CTALI)**: "Estou ouvindo coisas a respeito da participação da CTOC. Ontem tivemos uma reunião onde esse tema foi colocado e todo mundo ficou um pouco preocupado porque a CTOC não tem um corpo técnico, digamos assim, muito especializado! São pessoas representativas de diversos setores, que nem setores, têm a profundidade de percepção do que o corpo técnico das entidades do Sistema de Recursos Hídricos do Estado possui. Então, de repente, estou ouvindo que a CTOC vai ser a 'dona da bola' e que vai definir tudo! Primeiro, não existe pessoal disponível para isso, não existe ninguém disponível. Se estão previstas 03 (três) reuniões ordinárias para o ano e alguma reunião extraordinária para resolver alguma coisa, mas esse volume de serviço tem que ser feito pelos setores que atuam na área e a CTOC pode participar como uma conselheira – como é sua função, mas não para produzir os resultados que eu estou entendendo que estão sendo pensados em jogar para a CTOC- essa é que é a questão, porque a CTOC não tem estrutura para isso, já que não existe uma estrutura permanente – existem pessoas que se reúnem para reuniões! Então, essa coisa de CTOC resolver os problemas de definição, não tem como! Eu acho que é impossível jogar essa carga para a CTOC e querer que ela produza resultados! Não existe a CTOC como entidade operacional – ela tem reuniões, mas é uma conselheira como é a CTALI, como é a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS) e mais a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP). Então, é preciso um certo cuidado, digamos assim, não é que a gente tivesse preocupado em não ter trabalho, é que a gente não estava sendo consultado para absolutamente nada – essa é que era a questão! Tudo passou ao largo como a CTOC dando aval a tudo aquilo que aconteceu e não quer dizer que não seja contra, mas acontece que a CTOC já estava sem função, e consideramos a possibilidade real de pedir a descontinuidade dessa câmara. Então, essa é a colocação da CTOC! Outra pergunta: aquela Lei, desde seu início, teve dificuldades. Na reunião que tivemos pela CTALI, e **Simone** foi a Coordenadora." **Simone Rosa**: "Conselheiro eu gostaria que você fizesse suas colocações o mais objetivamente possível." **José Carlos Queiroga (da FIEPE-CTOC e CTALI)**: "Eu quero perguntar sobre essa coisa que aconteceu com aquela Lei: lá naquela reunião da CTALI foi proposta a separação das duas fases em Título I e em Título II, mas ela seguiu inteira e até nós cancelamos o período da tarde em que havia para discutir naquela reunião – e não houve essa parte da tarde, e a coisa avançou! Chegando aqui no CRH foi decidido fazer a coisa num lote só e, pelo que soubemos, foi aprovada apenas a parte do Título I e a parte correspondente à Cobrança de Outorga do Estado foi descartada! Então, teria ficado somente a parte correspondente ao Título I, que era do PISF! Então, a pergunta que eu faço a seguinte: O Título II continua válido ou foi descartado?" **Simone Rosa**: "Sim! O Título II continua válido, porque não houve nenhuma alteração. Ele só não foi encaminhado conjuntamente, inclusive, na discussão da reunião anterior isso foi colocado, que poderia ser encaminhado dois projetos separados ou um projeto único. Então, o que aconteceu é que foi cortado, foi quebrado digamos assim e foi encaminhado o Título I e não foi encaminhado o Título II, mas não houve nenhuma alteração, e nada foi alterado! Eu queria só combinar uma coisa aqui, porque a gente vai precisar limitar o tempo dos conselheiros porque senão a gente não vai conseguir andar com a pauta. E respondendo ao outro questionamento, eu queria colocar que a intensão, em nenhum momento se pensou em colocar um trabalho que não fosse possível que a CTOC não pudesse realizar! Então, aqui nós entendemos perfeitamente o funcionamento do Conselho, então a gente vai levar a matéria que for pertinente, mas evidentemente não será a câmara técnica que vai fazer a regulamentação! Isso vai ser trabalhado pelo Setor Jurídico da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH) e da APAC. Então, a câmara discute, opina, delibera, mas ela não faz o Projeto de Lei! Então é só para deixar isso claro, e aí eu pergunto se podemos passar para o próximo ponto? Ontem nós tivemos uma reunião da CTOC e não sei se tem aqui mais algum membro – temos **Queiroga**, temos o conselheiro **Jorge Fieza**, a conselheira **Yoná Rameh**, o conselheiro **João Pessoa**. A Coordenação da CTOC mudou ontem, **Jorge Fieza** assumiu como Coordenador da CTOC – parabéns conselheiro! Então assim, não está previsto como ponto de pauta, mas no próximo ponto – que a gente vai tratar de algumas resoluções, inclusive com reestruturação da CTALI, se for o caso, a gente pode pensar, se houver alguma proposta, e fazer a reestruturação da CTOC. Estou só abrindo essa possibilidade, não estou dizendo que é necessário, que precisa, e nem estou dizendo que precisa. Estou apenas abrindo o espaço para que seja feita uma avaliação e a gente possa incluir isso na pauta – já que essa câmara, realmente, vai ser bastante atuante daqui para frente! Podemos passar então para o nosso próximo ponto de pauta? No nosso próximo ponto, temos na verdade, um ponto amplo, que são os recursos hídricos aqui no Estado, e aí estão alguns pontos, inclusive nós temos um ponto que não está previsto aqui, que é um ponto muito rápido, e aí eu pediria licença aos conselheiros para eu não deixar esse ponto lá para 'Outros Assuntos', que é sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) – que na verdade não é nenhuma deliberação, é apenas um informe e nós temos hoje aqui **Antônio Eduardo Lanna**, por favor Dr. **Lanna** se identifique – ele é o Consultor e está conduzindo o Estudo de Atualização do PERH, que ora está em curso. Então, se não houver nenhuma objeção, como o professor **Lanna** vai precisar viajar, ir para o aeroporto diretamente daqui da reunião, então é um tempo meio reduzido – se não houver nenhuma objeção, eu coloco aqui que o professor **Lanna** faça aqui uma rápida exposição, um chamado aqui aos usuários e a participação dos conselheiros dos setores representantes. Na verdade, não é dos conselheiros especificamente, mas de quem os conselheiros representam do segmento dos usuários, e para que vocês possam levar esse 'recado' para cada uma das suas representações. Então, professor **Lanna**, por favor!" **Eduardo Lanna (Consultor do Consórcio Sigma-Profill)**: "Eu agradeço abrirem esse espaço, vai ser um recado rápido! Nós estamos iniciando a elaboração dessa Atualização do PERH, aqui eu represento o Consórcio que venceu a Licitação, e que é formado por duas empresas de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, mas que apesar de estarmos distante

geograficamente nós estamos muito presentes neste Estado. Essa discussão que antecipou essa pauta, sobre Cobrança Pelo Uso da Água foi resultado, uma das contribuições foi o Estudo de Cobrança, que foi contratado a uma empresa de Alagoas e eu coordenei esse estudo e já estou há mais de anos, assiduamente, aqui em Recife, apresentando resultados daquele Estudo de Cobrança. A outra empresa, que é a PROFILL, também de Porto Alegre, está nesse momento fazendo o estudo, o Atlas de Abastecimento Urbano de Águas do Brasil inteiro, mas em consórcio com uma empresa pernambucana – a TPF Engenharia, que é bem conhecida! Portanto, são empresas, a minha que faz parte do consórcio, que é a PROFILL que tem uma presença bastante atuante aqui no Estado. Nós do Rio Grande do Sul somos também, quase todos de alguma forma, viemos do mesmo ninho que a Dra. **Simone** veio – ela que foi formada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e fez Mestrado no Instituto de Pesquisas Hidráulicas, onde eu fui professor, e também a maior parte dos integrantes vieram dessa mesma ‘fábrica’ de especialistas. Portanto, estamos muito felizes em estarmos atuando nesse Estado, especialmente numa atividade tão importante quanto a atualização desse plano. Nós concebemos um Plano Estadual de Recursos Hídricos como um acordo social e político em torno do desenvolvimento sustentável do Estado, baseado no insumo água. Como um acordo social e político, nessa fase, nós estamos procurando organizar uma base de interlocução com a sociedade e com o meio político de Pernambuco para levar adiante as diversas fases desse plano – e é sobre isso que eu quero comentar! O próprio Conselho Estadual de Recursos Hídricos criou a CTPPP, que a gente tem chamado de CT3Ps – para não ficar repetindo o ‘P’ várias vezes – a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos, e essa câmara tem no seu seio, ela virá acompanhar esse plano e já tem, entre os seus integrantes, uma representatividade bastante importante do meio político, mais executivo, e também do meio social. Eu vou ler aqui os representantes – talvez os Senhores já saibam, mas seria bom destacá-los: a Secretaria de Desenvolvimento Agrária (SDA), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura do Recife (SMAS-PCR), a FAEPE, a FIEPE, o Sindaúcar – representando, então, os usuários de água e representando as associações científicas, técnicas, temos: a ABAS, a ABRH, a Associação dos Geólogos de Pernambuco (AGP) e a Associação Nordestino-Brasileira de Engenheiros de Minas (ANBEM). Temos também a Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE) e ainda a representação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (COBHs) – então são 13 (treze) entidades que estão representadas nessa câmara técnica. O Coordenador da CTPPP está aqui presente, o Dr. **Élcio Barros**. Nós também tivemos, embora a própria FAEPE e FIEPE estejam representadas nessa CT3Ps, também estamos tentando nos aproximar da FAEPE, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) – que não está presente dessa câmara, da FIEPE, da Compesa – que a também não está presente, para sugerir a essas entidades que criem um corpo técnico de acompanhamento desse plano, com o qual nós possamos ter uma interação, porque existirão diversos momentos que nós precisaremos de interagir com o corpo técnico do setor – embora, em parte, eles estejam presentes na câmara técnica. Fizemos uma reunião, fomos bem atendidos na nossa demanda, e esperamos que isso seja criado – um corpo técnico que acompanhe. Ontem, na reunião que estive do COBH-Ipojuca, eu sugeri que o Fórum de Comitês de Bacias Hidrográficas (FECOBH-PE), e parece que o Presidente está por aqui, também crie um corpo técnico para acompanhamento desse plano. Nós fazemos questão e queremos que sejamos, tanto convocados quanto também, em determinados momentos, iremos solicitar uma reunião específica com cada um desses grupos para expormos as estratégias, as questões que sejam apresentadas, para que possamos então levar adiante! Estive ontem, também, no IPA, à convite do Dr. **Flávio Duarte**, que prontificou a realizar a mobilização dos municípios, em torno dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs) para participarem de uma série de eventos que teremos no Interior do Estado, tanto numa primeira fase um Seminário Preparatório em vamos explicar qual é a estratégia de elaboração do plano, como também nas Oficinas em que apresentaremos o Diagnóstico, o Prognóstico e o Plano de Ações. Então, nós temos 04 (quatro) rodadas em 06 (seis) cidades do Estado, cobrindo praticamente todo o seu território, em que apresentaremos tanto a estratégia, quanto depois, seus produtos- resultados para serem discutidos pela sociedade, que vão nos subsidiarem para melhorias, aprimoramentos e complementações. Essas cidades já foram escolhidas e já estamos propondo datas para a primeira rodada, que seria o Seminário Preparatório, em que no dia 03 (três) de fevereiro iniciaremos aqui em Recife, depois iremos para Palmares no dia 04 (quatro), em Caruaru no dia 05 (cinco) – tem o fim-de-semana, no dia 11 (onze) retomaremos em Serra Talhada, no dia 12 (doze) estaremos em Ouricuri e terminaremos em Petrolina no dia 13 (treze) de fevereiro. Então, é apenas esse informe que eu dou, enfatizando esse desejo de que haja uma participação importante, para que esse acordo social e político aqui, em torno do qual sairá esse Plano Estadual, ele possa ser concretizado! Muito obrigado! Agradeço aí o espaço que me foi dado!” **Simone Rosa**: “Muito obrigada, então, professor **Lanna**, e aí enfatizando a importância desse Estudo de Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco (PERH-PE) – é tão importante, pois o nosso primeiro Plano Estadual é de 1998, e nós finalmente, conseguimos levar adiante esse estudo de atualização, que vai trazer resultados importantes para o estado – de diagnósticos, de prognósticos, de ações que futuramente deverão ser implementadas!” **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: “Professor, achei muito bem feita a sua explanação e eu só queria lembrar, e eu sei que está dentro dos seus conceitos, a importância dos rios intermitentes para que o Senhor preste muita atenção aos famosos ‘rios secos’! Com essas alterações climáticas, o ‘rio seco’ também está aparecendo até no Rio Grande do Sul. Então é muito importante que nesse plano plurianual seja dada uma atenção especial neles. Nós temos lá em Santa Cruz do Capibaribe e em Toritama, na região do Polo de Confeções, uma grande escassez hídrica decorrente desse ‘mau-olhado’ para os rios intermitentes e seus usos. Então, se o Senhor puder dar uma maior atenção agradeceremos, e eu tentarei ir nas audiências para ver se a gente reforça essa posição! Um velho parente meu, na época dele isso era verdade, **Apolônio Sales**, que

NS

337 chegou a ser Ministro, dizia que Pernambuco é uma Fazenda de 60 por 200 Km (sessenta por duzentos quilômetros), ou seja, era
338 totalmente esquecido das Serras das Russas em diante, mas eu acho que isso não é mais a realidade, pois hoje em dia eu chego
339 em Petrolina com sua produção de frutas e temos diversas áreas no Estado que estão bem desenvolvidas, mas que carece ainda
340 de muita visão para essa questão dos rios intermitentes! Muito obrigado!" **Simone Rosa**: "Foi uma importante colocação aí do
341 conselheiro! Bem, então vamos passar para o nosso próximo ponto de pauta, que é sobre a Resolução CRH nº 05/2019, que dispõe
342 sobre a Reestruturação da CTALI e quem vai apresentar essa proposta de reestruturação será nossa advogada **Sandra Ferraz**, do
343 corpo da SERH, e já adiantando para vocês, não sei se **Sandra** vai chamar a atenção para esse detalhe de que nós temos buscado
344 nos espelhar, o nosso CRH, no funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) – como bem colocou, no início
345 da reunião, nossa Secretária **Fernandha**. Então, nós temos buscado seguir os procedimentos e aí, nesse sentido, **Sandra** foi
346 buscar como é a estruturação da CTIL – que é a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais do CNRH. Então, muitos
347 pontos que ela vai apresentar aqui e ela vai chamar a atenção para vocês, que pode parecer novidade, mas são pontos que a gente
348 já buscou ver como funcionava na esfera do Governo Federal. Então, **Sandra**, por favor." **Sandra Ferraz (da SERH)**: "O porquê
349 dessa proposta de reestruturação da CTALI: parece que já há algum tempo vocês sentiam a necessidade dessa reestruturação, em
350 especial, pelo número reduzido de membros que estavam integrando aquela câmara. Tem alguém da CTALI aqui? **Ricardo Braga!**
351 Então, se vocês entenderem importante, podem fazer intervenção, pois eu vou fazer uma apresentação dessa minuta de resolução,
352 que objetiva a reestruturação dessa câmara técnica e aí, na apresentação, tem a Fundamentação Legal, os 'Considerandos' é a
353 Resolução CRH nº 01 do dia 09 (nove) de fevereiro de 2003, que naquela oportunidade instituiu a essa câmara técnica; o artigo 29
354 do Regimento Interno do CRH, que foi alterado pela Resolução CRH nº 15/2015, que dispõe que: 'As câmaras técnicas são órgãos
355 de assessoramento do Plenário e terão caráter permanente, constituídas no mínimo de 06 (seis) e no máximo 14 (quatorze)
356 membros' – a CTALI atualmente conta com apenas 06 (seis) membros. **Gizélia** está me alertando que vocês já receberam, mas
357 estou lendo de forma meio que passando uma rápida vista e 'considerando a deliberação do Plenário' – que seria o de hoje, resolve:
358 'Art. 1º - Reestruturar a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTALI, de caráter permanente'. E aí vem a questão
359 das competências – vocês entendem que é importante destacar esses aspectos? Nós pegamos os modelos de Minas Gerais, do
360 CNRH e inserimos dentre as competências, porque existia uma dificuldade, que a CTALI muitas vezes estava revendo questões
361 técnicas, e aí eu acho que **Simone** tem essa preocupação – não é que seja uma supra câmara em cima das outras câmaras, mas a
362 gente vai ter que ver essa questão. 'Das competências: I - acompanhar e emitir parecer sobre proposta de Legislação, normas e
363 procedimentos de recursos hídricos; II - examinar a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa; III - devolver a matéria à
364 Câmara Técnica competente, com recomendações de modificação e ajustes, se natureza técnica' – que isso seja, na prática,
365 realizado! Porque o que ocorria – pelo menos foi isso que nos foi relatado, é que muitas ações das Câmaras Técnicas de Águas
366 Subterrâneas ou de Outorga, ou que seja, chegava na câmara técnica e tinha assuntos técnicos que eram revistos, e aí as outras
367 câmaras ficavam meio que assim, a de Assuntos Legais, muitas vezes, passava direto para o Conselho – então essas questões
368 acho que precisam ser revistas." **Simone Rosa**: "Olhem, eu queria lembrar que na última reunião, quando a gente colocou essa
369 questão, e até eu comentei com muita naturalidade, de que os assuntos relativos à normas deveriam, todos, passar pela CTALI, e
370 falei isso de uma forma espontânea porque é como acontece no CNRH! E eu lembro que houve até uma manifestação do professor
371 **Waldir**, que é Coordenador da CTAS, então eu queria só fazer um esclarecimento de que, como **Sandra** também já bem colocou,
372 não é que a CTALI vá ser uma supercâmara e vá dar veredicto final em tudo – não, ela não vai ter o poder de mexer no conteúdo,
373 de alterar conteúdo. Se por exemplo, vier um assunto da CTAS, que já foi definida pelos técnicos, não é a CTALI que vai mudar a
374 profundidade de um poço, ou de algum detalhe técnico – é apenas para dar um ajuste jurídico! Então, esse texto que Sandra
375 apresentou e construiu à luz de várias outras resoluções de outras CTALIs – como ela colocou, é para colocar nas competências da
376 câmara, para tentar dar esse foco, essa restrição." **Sandra Ferraz (da SERH)**: "Deixa eu só esclarecer! Esta resolução não é
377 proposta de **Sandra**! A primeira construção é nossa, mas passou pelo Plenário da própria CTALI, e aí **Queiroga**, inclusive, fez
378 sugestões, ou seja, não é um projeto de **Sandra**." **Simone Rosa**: "Exato, ficou esclarecido! O que eu quis colocar é que não só na
379 CTALI, apesar da SEINFRA e a SERH não ter assento – nós não temos uma pessoa da Secretaria que seja membro, mas a gente
380 dá todo o suporte! E **Sandra**, como advogada, tem feito esse papel muito bem – ela não tem assento, mas tem dado o suporte e a
381 discussão é plena e soberana da câmara!" **Sandra Ferraz (da SERH)**: "É extra câmara e quando solicitam, o professor **Waldir**, o
382 próprio **Jorge Fieza** registrou a importância de a gente estar junto e **Simone** também tem colocado a gente nessa disposição."
383 **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: "Seria interessante, dentro do que **Simone** falou e **Sandra** está falando, ter sempre
384 uma pessoa da Área Jurídica da APAC nas reuniões – poderia já colocar aí que teria sempre uma pessoa da Área Jurídica para dar
385 esse assessoramento. Eu acho que seria bem interessante que já estivesse nessa estruturação essa participação." **Waldir Costa**
386 **(da UNIECO e CTAS)**: "Eu também já manifestei o meu desacordo da câmara técnica em submeter resoluções, que às vezes,
387 demandam 08 (oito) ou 10 (dez) sessões para ser decidida e depois passar para a CTALI, que além de só se reunir uma vez por
388 mês, ela nem sempre tem condições de fazer apreciação de determinados assuntos. Se a questão é legal, que se encaminhe a um
389 setor jurídico do CRH ou da APAC para definir essa questão legal, porque que me conste a CTALI também não é formada de
390 advogados, então eu não vejo porque essa câmara técnica vá rever as resoluções, que são sempre muitas, todo ano tem pelo
391 menos 03 (três) resoluções feitas pela CTAS – nesse ano já teve duas. Então, não vejo porque passar pela CTALI para resolver
392 essas questões." **Ricardo Braga (da ANE)**: "Como todo mundo recebeu esse documento, e além das informações já dadas pela
393 **Sandra**, esse ponto, esse inciso III do artigo 2º, que o professor **Waldir** está se referindo, está enfatizando a preocupação dele – da

vez passada ele ficou indignado! Mas **Waldir**, eu acho que esse inciso, ele atende! Veja: '*devolver a matéria à câmara técnica competente*', com talvez, não recomendações, mas '*com sugestões de modificação e ajustes, se natureza técnica, ou convidar representante da respectiva Câmara Técnica para esclarecimentos técnicos*.' Isso aí significa respeito às outras câmaras técnicas. Agora, como o **Waldir** coloca, aí nem precisaria existir a CTALI, porque ela vai sempre se debruçar sobre questões de assuntos legais e institucionais, e isso é fundamental para poder seguir para a Plenária. Então, ela não é sensora, ela não é modificadora de instâncias técnicas específicas na área de recursos hídricos, mas é uma equacionadora da forma, inclusive, jurídica – não só jurídica, mas da forma como um todo – da escrita. Então, é muito importante que a CTALI – aliás a CTALI nesses últimos dois anos deu show de contribuição! Então, eu que guardando e respeitando as atribuições de cada uma, não há conflito." **Sandra Ferraz (da SERH)**: "É, tivemos essa preocupação porque o objetivo aqui é aperfeiçoar! A preocupação de **Waldir** pela CTALI não ser formada por advogados, agora quando **Simone** fizer o convite para indicação dos representantes, ela deve registrar às entidades, que preferencialmente indiquem pessoas da área jurídica, mas a gente não tem esse poder de dizer que indique 'a' ou indique 'b'!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "**Simone** deixe eu continuar a falar, senão você vai dizer o que iria dizer! A gente pensa muito parecido, não é **Simone**? Eu fiz um levantamento a partir da ATA de agosto, a ATA regular, a CTALI naquele momento que você encaminhou ela tinha 08 (oito) membros e já houve deserções, mas naquele momento, oficialmente, 08 (oito) membros; a CTAS 11 (onze) membros; a CTOC 09 (nove) membros. Então, tem muito membro aqui e que, inclusive, várias entidades da CTALI fazem parte da CTAS. O próprio professor **Waldir** faz parte das duas! Ah, Fázia! Porque até recentemente ele era onipresente – ele estava sempre em todas as câmaras porque tem contribuições muito significativas a dar. A ANE, por exemplo, faz parte das duas câmaras. Então, eu acredito que essa questão pudesse ser solucionada com o respeito das câmaras técnicas entre si. Mas eu já queria entrar num outro ponto: '*artigo 3º - a câmara técnica será integrada por 'tantas' entidades, devidamente escolhidas pelo Plenário do Conselho, sendo*' – e aí tem dois pontos: primeiro, se elas são devidamente escolhidas pelo Plenário do CRH, não tem que especificar quais são. Então, '*sendo*:' não! Hoje são essas, mas no Conselho, numa decisão de Plenária é quem resolve, e até modifica, para dar mais agilidade e evitar novas resoluções. A outra coisa é em relação ao número, '*integrada por 'x' entidades*' – a gente tem o mínimo e o máximo, então deveria permanecer o mínimo e o máximo: o mínimo são 06 (seis) e o máximo 14 (quatorze) – acho que está bom, seis é o mínimo e o máximo quatorze, porque atende a uma regra que não deveria ser só da CTALI, mas de todas as câmaras. Então, são essas duas observações que eu queria fazer." **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Deixa eu dar um toque! Anteontem tivemos uma reunião que tratamos, mais ou menos, dentro desse aspecto que está sendo falado, quando fomos consultado a respeito da outorga de uma vazão para uma renovação de solicitação. Então, fomos instados a se pronunciar sobre isso – não sobre a parte técnica propriamente, mas sobre como a coisa poderia avançar. E solicitamos a presença de técnicos da APAC, da área de **Cristianne** e foi a **Dra. Isabel**, porque acharam que era tinha assuntos que não era possível a gente tomar decisões isoladamente. Foi uma reunião muito produtiva, mas foi sobre aspectos – não da parte técnica em si, mas da parte da interpretação da Legislação que tratava daquela tema específico, e terminamos com a conclusão, que de certa forma – está aqui o processo – eu vou passar **para Assis Queiroga**, para ele dar um examinada na minuta da nossa conclusão e que, de certa forma, desfaz o conceito que tinha sido adotado na negativa à vazão da outorga. Então, era o aspecto apenas de uma leitura da Legislação, especificamente para aquele caso. Então, a CTALI não pretende ser técnica, embora eu seja um técnico, mas a CTALI não é técnica, não é um colegiado que vai discutir parâmetros, profundidade, qualidade de água, ou qualquer outra coisa que seja de ordem técnica! Vai discutir, deliberar sobre assuntos que tenham implicações de outra ordem – principalmente de ordem legal e institucional – essa é a nossa posição, nós não somos técnicos, somos apenas examinadores!" **Simone Rosa**: "Ok, muito obrigada **Queiroga**! Eu peço aos Conselheiros que quando se manifestarem, procurarem ser o mais objetivo possível para agente poder atender a nossa pauta em tempo." **Sandra Ferraz (da SERH)**: "Então, como **Ricardo** falou, aqui é uma minuta de resolução e 'está sugerindo'! E aí **Simone**, a gente colocou aqui quem já está hoje – em respeito às entidades que já tinham assento, mas precisa ratificar, ou retificar, essas entidades, e a oportunidade é agora!" **Simone Rosa**: "Gostaria de fazer apenas um registro de que a própria representante do DNOCS – infelizmente ela não está presente, **Kátia Távora**, ela já tinha pedido a retirada da representação do DNOCS dessa câmara técnica e isso é uma situação muito delicada porque nós ficaríamos apenas com 05 (cinco) membros, e aí pelo Regimento, a câmara não poderia funcionar! Então, o ideal é que a gente tenha – não vou dizer um número ideal, mas o número mínimo que é 06 (seis), é pouco! Porque se uma das instituições sair, ou for excluída por excesso de faltas, a câmara ficará impedida de trabalhar! Então, eu acho que a gente precisaria ter, pelo menos, uns 08 (oito) membros! O que precisa é que cada instituição, que está sendo aqui representada pelos conselheiros, pensar e decidir é: primeiro, se for continuar o mesmo representante que participe de várias câmaras técnicas, tem que ter muito fôlego e muita disponibilidade para participar! Eu chamo a atenção para o seguinte: a gente tem uma entidade que está sendo representada aqui, por exemplo a ABAS, então, não necessariamente o conselheiro tem que participar da câmara técnica! Não, o conselheiro que está representando a ABAS, a ANE, o conselheiro indica, e pode indicar, inclusive, representantes diferentes. Por exemplo, a ANE ou a ABAS. Então poderá dizer, por exemplo, a ABAS quer participar das 03 (três) câmaras técnicas – como representação, como entidade! E aí para a câmara 'A' vai ser 'Fulano', para a câmara 'B' vai ser 'Sicrano', etc. É bom isso ficar bem claro, porque não necessariamente o conselheiro pode ser o representante, um membro da câmara técnica – se quiser, se tiver disponibilidade, mas ele pode dizer: 'não, a FIEPE tem interesse de participar das três câmaras! E aí indica os representantes (um titular e um suplente) para cada uma delas. Eu só queria deixar bem claro, para que as instituições que tenham interesse nas câmaras técnicas se candidatem, mas que elas indiquem representantes que tenham a disponibilidade de participar, e que a gente consiga com isso, oxigenar, fazer de fato o funcionamento

e o bom andamento dos trabalhos nas câmaras técnicas. Eu sei que o que eu coloquei aqui é fato e todos já sabiam, mas só para lembrar." **João Pessoa (da FAEPE)**: "Eu queria voltar ao ponto que **Ricardo Braga** e que é a preocupação do professor **Waldir**. Se lermos direitinho, o artigo 2º, inciso III: '*devolver a matéria à câmara técnica competente, com recomendações de modificação e ajustes, se natureza técnica*' – o que quer dizer isso: 'se natureza técnica'? Ou seja, a CTALI vai recomendar modificações técnicas, ou não? 'Se natureza técnica' eu não entendo! Inclusive não acho que é boa técnica de Legislação ter um 'se'! Então, aí fica dúvida! Realmente, você vai responder tecnicamente, vai modificar tecnicamente, enfim." **Fernandha Batista**: "**Sandra**, complementando a fala dos conselheiros, talvez bastasse uma reorganização desse item. Poderia ser: '*devolver a matéria à câmara técnica competente, com sugestões*' – como colocou o conselheiro professor **Ricardo**, que ficaria: '*devolver a matéria à câmara técnica competente, com sugestões e ajustes, ou convidar representante da respectiva câmara técnica para esclarecimento*'. " **Ricardo Braga (da ANE)**: "Em relação ao que **João Pessoa** está colocando sobre 'se técnicos' – pode acontecer 'se técnicos', porque a câmara técnica vai verificar se a Legislação Federal – se houver um conflito entre a Federal e a Estadual, particularmente, até mesmo a Lei Estadual, um Decreto Estadual, diante do Conselho, que é uma resolução, é cabível CTALI alertar: 'olha, embora tecnicamente, vocês estejam propondo isso aqui, mas legalmente, a gente não pode' – apesar de o assunto ser técnico! Eu acho que não há problema nenhum. Agora, não vai desbancar a outra câmara, vai alertar: 'olha, tem problema, então por favor faça essa adequação, ou então justifique'. Acho que não há muito mistério nisso! Então, para facilitar ao amigo **João Pessoa** aqui, seria: '*devolver a matéria à câmara técnica competente, com sugestões de modificação e ajustes*' – tira o 'se natureza técnica', porque se qualquer coisa, aliás, inclusive técnicas – não há dúvidas! É 'se técnicas', é claro também! Quer dizer, se de conteúdo técnico! O que fica claro é que se mesmo técnico, poderá ser modificado." **Sandra Ferraz (da SERH)**: "Gente, deixe eu tentar explicar: se a CTALI não vai poder fazer ajustes de natureza, de forma, tudo vai voltar? Então diga o conteúdo para ver se eu entendi." **Ricardo Braga (da ANE)**: "Só muda se conflitar com os aspectos técnicos e não de forma! Porque a competência de forma é da CTALI. Se for de forma a competência é da CTALI, agora, se for técnico a competência é da instância técnica! Porém, se essa instância técnica faz colocações técnicas que conflitem com alguma Legislação é competência da CTALI alertar e devolver – é basicamente isso, é não deixar passar, é devolver para poderem corrigir! Poderia ser: '*se de natureza técnica*' – talvez o que está faltando aqui é essa preposição 'se de natureza técnica' – pronto! Porque o resto não precisa devolver, só quando for de natureza técnica! Ficaria: '*se de natureza técnica*' e '*sugestões*' em vez de '*recomendações*', tá? Porque não é competência recomendar, e sim, dar sugestão! **Paulo André**, '*quando de natureza técnica*' – pode ser, não é?" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Eu vou voltar ao tema, eu continuo pensando que natureza técnica tem que ser discutida nas câmaras competentes! Apenas, se houver conflito legal, de alguma forma, aí sim é que a CTALI poderá participar, e não mexer na seara dos outros." **Ricardo Braga (da ANE)**: "Então estamos pensando exatamente igual!" **Simone Rosa**: "Perfeito! Estamos falando a mesma coisa!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Eu acho que sim, porque essa parte de fazer interferência técnica não é função da CTALI, como não é função da CTALI outras coisas de ordem técnica, que não tem nada a ver com essa câmara." **Simone Rosa**: "Concordamos **Queiroga**, o entendimento é esse mesmo!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "A CTALI atua se houver uma divergência de ordem legal, conflitante com alguma Legislação, e só!" **Simone Rosa**: "Perfeito, mas é esse o entendimento de todos aqui! Fechou, então **Sandra**? Então a gente pode passar para um ponto importante, que o artigo 3º, que é a composição da CTALI, e a sugestão da SERH é a seguinte: é que primeiro a gente identifique as entidades! As entidades que tiverem o interesse se manifestem, vou abrir a palavra." **Ricardo Braga (da ANE)**: "As entidades devem se manifestar fora da resolução, porque a resolução é mais fixa, mais estável." **Simone Rosa**: "Mas em algum local tem que ter uma deliberação, tem que ter documentado quais são as instituições, porque depois que as instituições tiverem identificadas, elas terão um prazo para dizer qual será seus representantes. Então, por exemplo, se ANE vai ser uma instituição que terá assento, ela vai ter um prazo para indicar seus representantes." **Ricardo Braga (da ANE)**: "São eleitos na Assembleia, simplesmente aqui na Plenária!" **Fernandha Batista**: "Talvez a sugestão seja, de a gente dar um prazo para todos os conselheiros se manifestarem, em relação ao interesse de participar de cada câmara técnica?" **Ricardo Braga (da ANE)**: "E vem como resolução?" **Fernandha Batista**: "É porque é um conflito dizer que o CRH vai decidir, a gente já coloca aqui, e quem tem interesse entra? Isso é um exemplo! Quem tem o interesse, avise agora! Quem não tiver aqui, bem a pauta foi recebida por todos! Então vamos, quem tiver interesse, a gente vê se cabe no limite máximo! Mas calma, só temos 14 (quatorze) vagas!" **Simone Rosa**: "Só um esclarecimento: é uma Reunião Ordinária, então todos receberam com 15 (quinze) dias de antecedência, então, mesmos os conselheiros que não estão presentes – que o titular e o suplente não puderam estar presentes, eles poderiam ter se manifestado à Secretaria Executiva do CRH, e a gente poderia trazer aqui para a Plenária. Então, um conselheiro que não está presente, poderia ter respondido o e-mail e dito: 'não poderemos estar presentes – nem o titular e nem o suplente – mas temos o interesse de participar dessa câmara'." **Ricardo Braga (da ANE)**: "Posso fazer uma pergunta capciosa? Suponha que nós resolvamos criar a CTALI com 08 (oito) membros agora, mas daqui a duas reuniões uma outra entidade quiser entrar nessa câmara técnica, e uma que está lá quiser sair, seria o caso de uma nova resolução?" **Simone Rosa**: "A gente não tem outra forma de estabelecer a composição de uma câmara técnica que não seja através de uma resolução aprovada aqui em Plenário! Porque se a gente não colocar isso na Plenária, quem teria o poder de alterar?" **Ricardo Braga (da ANE)**: "A Plenária sempre aprovará! Eu não queria criar gasto de tempo, mas veja, uma coisa é você criar resolução com as normas dela – dizendo que ela tem de seis a quatorze membros, e assim por diante, Ok! A Plenária, marque aí, para que haja indicação e aprovação de nomes – ele indica dez nomes ou oito nomes, e está na ATA isso aí e esse são membros! Se ainda tem quatro vagas, daqui a uma ou cinco reuniões, podem haver mais dois interessados, e a Plenária, novamente, aprova – isso dentro da ATA da Reunião do CRH,

e não da resolução – essa é a questão básica!" **Simone Rosa**: "Entendi, perfeito! Mas isso, praticamente, não muda o nosso 'modus operandi', porque vai ter que vir para a Plenária, em vindo para a Plenária, seja saindo na ATA ou seja saindo numa resolução, é o mesmo tempo, são os mesmos prazos!" **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: "Eu acho que poderia ser assim: 'a câmara técnica será integrada por no mínimo 'tantas' entidades e no máximo 'tantas' entidades, escolhidas pela Plenário do Conselho' – aí tira a palavra 'sendo', e agora mesmo votaremos os membros indicados – então fica fora da resolução, porque se quiser mudar não precisa mudar toda a resolução, e a gente faz, separado, a escolha dos conselheiros que irão integrar, e fica isso registrado em ATA!" **Simone Rosa**: "Só para eu fazer um esclarecimento, **Cássia**! Essa questão do número mínimo e máximo de membros – isso já está definido no Regimento Interno, então não precisaria, certo? Então a gente não está avançando!" **Cássia**, por favor!" **Cássia Araújo (da CTAS e CTPPP-ANBEM)**: "Não sou conselheira, mas dessa parte aí eu posso dar como exemplo, como funciona hoje a CTAS: quando algum membro sai é apresentada aqui no CRH a carta informando o número de faltas e o motivo pelo qual a instituição saiu, e é aprovado aqui! Quando um novo membro quer ingressar, entra com uma carta pedindo à câmara técnica, e a câmara traz a carta para cá, e aí é aprovado em Plenário, e aquela nova entidade passa a integrar – e há essa aprovação! Eu entendo que seria assim: você tem uma primeira formação – como foi feito com a CTPPP – aí você tem uma composição inicial, que seria isso, votaria agora e entraria quem fosse – desde que seja acima de seis e, futuramente, quem quiser ir entrando vai entrando, à medida que puder se candidatar e ser aprovada nas próximas reuniões do CRH – é assim que funciona em todas as outras câmaras técnicas." **Jorge Fieza (da Associação Fazenda Fieza)**: "Uma sugestão rápida, está na pauta de hoje ainda, a questão da formação de um Grupo de Trabalho para o Regimento Interno. A modernização desse processo de entrada e saída, e tal, pode ser discutido dentro desse Grupo de Trabalho para modificar o Regimento Interno e modernizar esse processo." **Simone Rosa**: "Muito oportuna a sua colocação! Falará **Assis** e a gente já volta aqui para a definição dos membros da CTALI." **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Deixe-me tocar mais uma vez nesse tema. Realmente a CTALI está numa crise, está na beira do precipício, por falta de componentes, nós tivemos a perda de três membros por conta de sucessivas faltas – não foi porque as pessoas não pudessem contribuir, mas simplesmente porque descumpriram uma exigência de permanência na câmara, que é a não existência de três faltas consecutivas, ou seis alternadas. Então, nós perdemos a ABAS, o CREA/PE, perdemos a Fazenda FIEZA nessas condições! Nós perdemos, nós não quisemos extirpá-los da câmara – apenas aconteceu e foi necessário tomarmos essa decisão! Agora, então, nós estamos na beira do abismo, com seis membros e um já dizendo que não quer continuar participando – que é o DNOCS! Estranhamente o DNOCS não quer participar – esse é um comentário meu! O DNOCS é uma entidade importante e estratégica na nossa câmara, mas certamente precisam ser tomadas algumas decisões imediatas porque senão a CTALI acaba, por ausência de entidades! Então eu proponho que aqui e agora, ver se quem quer se habilitar a participar da CTALI. Nesse primeiro momento, porque nem todo mundo hoje está aqui – por sinal hoje está muito vazio, a FIEPE não está aqui, embora eu seja representante da FIEPE." **Simone Rosa**: "E é justamente por isso **Queiroga**, que a gente quer dar seguinte à pauta para não correr o risco de perdermos o quórum e não conseguir deliberar." **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Eu estou dentro dessa tese. Eu acho que além dessa coisa aqui agora, poderá ser estipulada uma maneira de que se uma entidade quiser participar de uma determinada câmara técnica, faça a solicitação aqui ao Conselho, e o Conselho submete numa reunião a aprovação da inclusão – essa proposta de **Cássia**, porque houve digamos uns estremecimentos – e não somente na CTALI – para qualquer um que queira participar, entidades a, b ou c! Hoje a gente faz uma coisa e o restante faz depois." **Simone Rosa**: "Muito obrigada! E vamos prosseguir com a pauta. Para tornar mais dinâmica essa reunião, eu vou informar para vocês que a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEINFRA) vai participar do Grupo de Trabalho do Regimento." **Assis Ferreira (da ABAS)**: "Eu acho que existe uma grande diferença entre o representante e órgão que a pessoa está representando. Por exemplo, quando **Kátia**, do DNOCS, está pedindo para se ausentar da CTALI eu acho que tem abrir um canal entre o CRH e o DNOCS, pois eu acho que a gente peca e não é só o Conselho, a CTAS peca também – porque eu sempre digo isso, porque falta um canal de diálogo entre as entidades. Por exemplo, o representante aqui é o DNOCS – não é **Kátia** – é o DNOCS! Então a gente tem que se comunicar com o DNOCS para saber se realmente o DNOCS quer se ausentar! E com relação a isso aí, eu acho que está havendo uma polarização muito grande com relação aos Conselheiros – as entidades é que são representadas aqui pelos conselheiros, então a partir do momento que se abre um canal, como por exemplo, vamos consultar a UFPE – será que a UFPE não quer indicar um representante? Ou vai ser somente aqui entre a gente? O IPA, será que ele será que quer indicar um representantes? A Secretaria de Agricultura, será que não quer indicar um representante? Então, eu acho que a gente deveria abrir mais opções, **Simone**." **Simone Rosa**: "Perfeito, e é feito dessa forma! Só para esclarecer, é mais um esclarecimento aqui, a gente tem que estar informado – é bom a gente sempre relembrar essas coisas! Isso é feito exatamente dessa forma, e quando uma entidade não quer mais aquela vaga, a entidade formalmente se manifesta, através de ofício. A representante adiantou que o DNOCS iria se retirar da CTALI, então por isso que a gente colocou o DNOCS aí na resolução, porque ainda não foi formalizado, mas ela já adiantou que, em ela saindo não haveria indicação de outro representante e isso não foi formal! Mas está correto seu pensamento e é dessa forma como funciona. Então, seguindo aqui na composição, o artigo 3º, eu queria iniciar e propor aqui à Plenária – como outro integrante, membro da CTALI, a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEINFRA), uma vez que nossa representante, que indicaremos oportunamente, será **Sandra Ferraz**, ela já participa e já tem dado todo o apoio, então isso seria importante, como ela sempre participa e está lá, ela já participaria também do quórum, certo? Então a SEINFRA participaria." **Flávio Duarte (da SDA)**: "A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA)." **Assis Ferreira (da ABAS)**: "A ABAS também!" **Cássia Araújo (da CTAS e CTALI-ANBEM)**: "A ANBEM também vai participar!" **Simone Rosa**: "Seria bom alguém anotar aqui, **Sandra** por favor, a gente

está relacionando os componentes: SEINFRA, SDA, ABAS, ANBEM. Vamos projetar e vamos logo colocando no documento! Então temos: a SEINFRA, o DNOCS não encaminhou formalmente a sua solicitação de saída ainda – manifestou na CTALI e consta em ATA! Então nós vamos fazer a consulta formal ao DNOCS. Então temos: ANBEM, SDA – a gente precisa dessa definição porque a gente vai enviar um ofício do CRH, solicitando a indicação dos representantes de cada uma – e tem que ser ou da SDA ou do IPA! Ficar a SDA, pois a SDA pode indicar alguém do IPA, não tem nenhum problema- eu acho que é melhor colocar a SDA porque fica mais amplo! Então, ficará: Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), ABAS. Tem Alguém do CREA/PE aqui – a gente precisaria que alguém se manifestasse na Plenária, pois a gente precisa que a entidade esteja representada – só para esclarecer! Não pode um conselheiro indicar uma outra entidade, porque a entidade não está presente, não sabe que está sendo indicada, e pode inclusive, nem concordar com essa indicação, ou não ter disponibilidade, e a gente tem que ter esse cuidado. O que pode ser feito? Uma auto indicação, do tipo: 'eu represento a ANE e eu quero ter assento', por exemplo! A gente pede que as entidades aqui representadas, por exemplo, o IFPE está aqui formalmente representado, então se tiver interesse basta dizer: quero representar, mas se ele não estivesse representado não poderia fazermos, do tipo: 'o IFPE não está aqui, mas vamos colocar o IFPE – que nem a gente faz quando temos as reuniões de condomínio, etc. Tem que ser alguém que de fato vai participar! Esses seis integrantes era da composição anterior – se todas as entidades que estão nessa relação disserem que não querem mais, muda tudo!" **Gizélia (da SERH):** "A SEMAS quer se inscrever!" **Ricardo Braga (da ANE):** "A Inamara, naquela reunião, solicitou de sair dessa câmara porque se animou muito com a câmara técnica do Lanna, a CTPPP – só lembrando porque ela foi explícita nisso, pois por mim ela ficaria na CTALI." **Simone Rosa:** "Vamos só fazer um ponto importante: a ANE ratifica a sua permanência na CTALI? Sim, certo! A FIEPE, temos representante da FIEPE? **Queiroga** ratifica também!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE):** "Eu vou fazer uma outra colocação. Eu gostaria de pedir uma reserva ou uma consideração especial para ver se o CREA/PE volta para nossa CTALI, porque é uma entidade que tem estudos, inclusive, nesse setor de Convivência com o Semiárido, tem cadernos, tem uma atividade que é muito importante, tem um corpo técnico importante, e a própria **Fazenda Fieza** que saiu por conta de faltas, e que é muito importante que ela participe – ela não pode agora, mas daqui há dois meses ela vai poder, então temos que deixar uma vaguinha para eles." **Simone Rosa:** "Mas têm várias vagas ainda – podemos ter até 14 (quatorze) instituições! No momento, isso não é problema. A SEMAS também está demonstrando interesse, não é isso? A Compesa, temos representantes? Permanece na CTALI? Então, a Compesa também ratificando sua permanência na CTALI! SEMAS já está aqui. A FAEPE também permanece, Ok! E vamos fazer a consulta formal ao DNOCS, para podermos fazer o fechamento da resolução. Mas alguma entidade, aqui representada, tem interesse? Então nós temos 09 (nove) membros aqui indicados. Se não há mais interessados, eu acho que é um bom número, mais alguém? Foi citado aqui o CREA/PE também, mas ele não está presente. A Fazenda Fieza também foi citada, está aqui presente, mas não poderia participar porque foi excluída da CTALI! Em relação ao CREA, como o CREA não está presente, o máximo que pode ser feito é ele ser consultado – ser feito um convite por parte do CRH, e aí eu pergunto se há concordância, ou há a discordância de algum dos conselheiros, de que se faça esse convite ao CREA? Então, como não há nenhuma discordância, procederemos a consulta formal." **Sandra Ferraz (da SERH):** "Registra a importância de que seja uma pessoa do setor jurídico, diante dessa particularidade!" **Simone Rosa:** "Não é exigir, é registrar que é importante. Seria uma recomendação – diríamos assim, um pouquinho mais forte! Certo? E não só ao CREA, mas a todas as instituições. Seria através de ofício e eles teriam um prazo a partir dessa reunião para indicar os nomes. Vamos fazer o ofício, formalizar as instituições terão um prazo para indicação. Então, além das entidades que aqui se manifestaram, receberá o ofício: o CREA e a CODEVASF – todos de acordo? E o DNOCS vai ser uma ratificação, ou não - se vai indicar outro representante ou não!" **Fernandha Batista:** "Eu vou para uma reunião com a SEPLAG, mas desejo muito sucesso na continuidade da reunião, agradeço a participação de todos e para as próximas eu não vou marcar nada porque eu adoro a polêmica daqui! Enfim, eu peço desculpas porque também me ausentei, nos últimos dois dias estive em Brasília, então hoje foi inevitável colocar algumas coisas ainda pela manhã. Desejo sucesso na reunião! Obrigada!" **Simone Rosa:** "Obrigada, **Fernandha**, por sua presença, pois apesar de sua agenda cheia, conseguiu nos prestigiar em quase toda a nossa reunião, trazendo-nos importantes informações! Fechamos aqui, **Sandra**? Então, esta resolução está fechada e podemos encerrar este ponto de pauta, já que aprovamos aqui a Resolução CRH nº 05/2019, da reestruturação da CTALI. E aí eu continuo passando a palavra para **Sandra** para o próximo ponto de pauta, que é a Resolução CRH nº 06/2019, que cria um Grupo de Trabalho, para a Revisão do Regimento Interno do CRH. Esse ponto já veio sendo discutido, levantado em outras reuniões – da necessidade de revisar o Regimento Interno e para isso a gente precisa, realmente, de um grupo aqui de conselheiros, ou que eles indiquem membros para compor esse grupo, para que a gente possa proceder essa Revisão do Regimento Interno. Por favor, **Sandra**, você pode conduzir esse ponto?" **Sandra Ferraz (da SERH):** "Quando eu fui convidada por **Simone** para assumir, foi verificado que o Regimento atual está bem emendado, por resoluções, está igual a Constituição Federal, não é? Emenda tal, emenda tal, enfim. Tem várias resoluções que emendam o Regimento vigente, e além das discussões que a gente entendeu ser importante uma rediscussão do Regimento, como **Jorge** já colocou aqui. Então, vocês receberam esse documento com antecedência, esse Grupo de Trabalho teria que ser criado no âmbito do Plenário, e não no âmbito de nenhuma câmara técnica, com o objetivo de discussão do Regimento Interno, para adequar à Legislação vigente e uma nova atualização. O número de membros desse Grupo de Trabalho, aqui a gente não sinalizou. Ele só sinaliza que a gente terá 90 (noventa) dias de trabalho a partir da publicação dessa resolução – então a gente tem janeiro, fevereiro e março para trabalhar intensamente nessa proposta de Regimento, e aí já na próxima Reunião Plenária, possivelmente, é para a gente apresentar essa versão. Entendendo que era uma demanda não só da SEINFRA, mas de alguns membros que, nos privados, eles questionavam

isso! Então **Simone**, é um Grupo de Trabalho criado no âmbito do Plenário, com esse objetivo, com um prazo determinado para a gente não se alongar demais e já para começar os trabalhos de imediato, pois inclusive já temos minuta, que já vínhamos discutindo para a gente revogar aí um 'monte' de resoluções, que emendava o Regimento vigente!" **Simone Rosa**: "Para a gente iniciar, eu sugiro que a SEINFRA também participe desse Grupo de Trabalho (GT), já que mesmo se não fizermos parte formalmente, vamos dar todo o suporte técnico, mas acho que precisamos estar no grupo! SDA também, ANBEM também e FAEPE também. A gente vai ter que esclarecer um ponto, **Cássia**, porque na verdade, a ANBEM não faz parte do CRH – então eu vou precisar verificar a questão legal, e a gente vai checar aqui, para fazer essa consulta. À princípio, não sendo conselheiro não poderia participar do grupo de trabalho! A ABAS e a FIEPE também desejam participar! Como nós vamos remeter o ofício para a consulta oficial – se a FIEPE não tiver interesse ela vai responder negativamente. Mais alguma instituição? Temos 06 (seis) componentes para o GT – fechado o GT então!" **Sandra Ferraz (da SERH)**: "Na primeira reunião a gente define o Coordenador e o Relator, entendendo que a SEINFRA, que provavelmente **Simone** vai me indicar nesse papel, e já faço uma primeira proposta de documento, é uma minuta, mas sempre muito aberta às discussões! Quem já tiver alguma sugestão, e quiser já encaminhar, a gente já pode incorporar como proposta – a gente só tem 90 (noventa) dias, e nesses noventa dias tem férias de janeiro para alguns, Carnaval, tem um monte de coisas por aí. Então, é um grande desafio para esse Grupo de Trabalho." **Simone Rosa**: "Então, podemos passar para o próximo ponto de pauta? Há alguma manifestação?" **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: "Professora **Simone**, eu vi que não participa aí nenhuma Organização Não-Governamental (ONG), como a gente não está podendo participar, talvez fosse interessante a ANE participar." **Simone Rosa**: "Aí eu passo a palavra para o professor **Ricardo**." **Ricardo Braga (da ANE)**: "A ANE só tem três letras, não tem tantas, para dar cobertura para tantos compromissos. Obrigado!" **Simone Rosa**: "E aí exemplificando, então, o ponto que eu falei: imagine se a instituição não está presente, a gente indique uma instituição que não está aqui e a instituição não aceita – então, vamos realmente consultar a instituição! Bem, então fica aprovada a minuta da Resolução CRH nº 06/2019 e fica criado o Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento Interno do CRH. Passemos agora para o nosso próximo ponto de pauta, que é o Parecer Técnico da CTALI sobre o Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO para 2020. Lembrando que todos os conselheiros receberam previamente o Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO, que fez parte da pauta da CTALI, e então eu convido o representante da CTALI." **Jorge Fieza (da Associação Fazenda Fieza)**: "Eu queria só aproveitar que foram feitas as resoluções do Grupo do Regimento Interno e da CTALI, para falar um pouquinho da CTOC, poderia ser?" **Simone Rosa**: Certo, então vamos aproveitar o tempo enquanto **Queiroga** se acomoda aqui na Mesa, mas primeiro parabenizar aqui a **Jorge Fieza** que é o nosso conselheiro, que na última reunião, nessa semana, assumiu a Coordenação da CTOC, e então ele pediu para fazer algumas colocações sobre a CTOC, porque aí a gente já encerra esse bloco de assuntos das câmaras técnicas e a gente finaliza com o parecer a seguir." **Jorge Fieza (da Associação Fazenda Fieza)**: "Olá para todo mundo! Como a Dra. **Simone** falou, assumi a Coordenação da CTOC, que anteriormente era coordenada por **Liberato**, que segurou a 'peteca' por tanto tempo – foram quase três anos sustentando a câmara técnica com reuniões que não tinham minuta de Projeto de Lei, não tinha demandas, mas foi duro. E aí, pelo Regimento Interno do CRH ele não poderia mais continuar na coordenação. Então, fizemos uma Eleição na CTOC e aí assumi a partir de agora. Temos alguns membros aqui presentes, temos: **Queiroga**, temos **Ioná**, **João Pessoa**. Nessa coordenação que estou assumindo agora, a gente acordou é que tenhamos 03 (três) Reuniões Ordinárias, onde faremos mais um alinhamento, um feedback, e vamos buscar uma maior aproximação da SERH para a gente pautar trabalhos. E aí, os trabalhos de fato, serão efetuados nas Reuniões Extraordinárias, porque assim nós manteremos reuniões muito bem pautadas, para sermos mais objetivos. Então, é muito necessária que exista essa relação, essa aproximação da CTOC com a SERH. Ao mesmo tempo vamos propor algumas coisas novas também. Como o Regimento Interno do CRH permite que nas câmaras técnicas participem pessoas que não são do CRH, eu já coloquei em minhas redes sociais – e quem quiser também poderá compartilhar, para convidar pessoas que queiram participar desse processo da outorga e cobrança, que vai começar agora em 2020, para que na próxima Reunião do CRH talvez a gente já tenha nomes. A nossa reunião foi ontem e eu já convidei aqui, agora pela manhã, o professor Waldir, enfim, quem puder lembrar – eu disse também que os membros da CTOC convidem pessoas para participar das nossas reuniões, aquelas que considerem pertinentes para contribuir – tanto para compor a CTOC como para colaborar com a pauta das reuniões. Então, quem pensar, quem quiser e se interessar em trabalhar junto, como mais um membro da CTOC – pensar junto, trabalhar junto em relação à outorga e cobrança, serão bem-vindos! Seria muito interessante termos os COBHs em nossa composição, **Euclides** do COBH-GL2, participou ontem da nossa reunião – convidado por **Liberato**. Já o convidei e ele já demonstrou interesse em participar para que o COBH esteja presente no momento de discussão desse processo. Enfim, precisamos de pessoas para participarem efetivamente – serem membros oficiais da CTOC, e pessoas convidadas para as reuniões que queiram participar. Primeiro para pessoas que queriam participar, e daí para frente, pois não precisam ser membros do CRH – então o COBH é muito importante nesse processo. A reunião foi ontem, e a próxima Reunião Ordinária será em abril – então daqui para lá a gente pode chamar pessoas que queiram participar da CTOC, para que na próxima Reunião Ordinária do CRH sejam aprovadas as inclusões – estou avisando aqui, está oficial, está aberto o convite, para que na próxima reunião a gente acompanhe! Tivemos 05 (cinco) membros presentes na reunião, então precisamos de membros, até porque a situação do CREA/PE estava complicada – tem que alguém ligar para o CREA. **João Pessoa** está aqui ainda, ou já foi embora? No momento da reunião eu liguei para **João Pessoa** também, para o celular dele, dizendo: 'João Pessoa, vamos lá! Agricultor junto, todo mundo junto para participar!' E ficou dele providenciar um outro suplente – alguma coisa assim! Então é isso, já começaram os trabalhos do ano que vem!" **Simone Rosa**: "Ok, obrigada **Jorge** pela sua colocação, então **Queiroga**, por favor, pode apresentar o Parecer da CTALI!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "O

Jorge colocou uma coisa que eu não sei se eu entendi exatamente assim, mas que poderia ser uma tônica de outras câmaras, inclusive da CTALI – pessoas convidadas para participar, embora, como acontece aqui – eu sou convidado, eu não voto, mas eu posso participar e posso falar! Então, essa coisa puder acontecer nas câmaras técnicas, alguém que entende sobre um determinado tema, um assunto, possa contribuir com alguma ideia, comparecer, falar e distribuir experiências. Prosseguindo com o parecer, coube-me fazer as vezes de **Everilda**, que na realidade foi quem elaborou esse documento, que é advogada e uma pessoa muito competente. O processo foi submetido à APAC, o Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO que são distribuídos entre a APAC e a SERH. De uma modo geral não houve nenhuma restrição maior, a não ser no caso de um projeto muito bonito inclusive, que foi pensado para um Projeto do Complexo de Vista Alegre, ali na Mata Sul, aproveitando as instalações de um casarão, próximo à Barragem de Serro Azul, que é uma ideia muito feliz, mas a CTALI percebeu que era apenas uma intensão muito vaga e geral. Então, como a CTALI precisa se pronunciar efetivamente sobre valores, deveria ser apresentado um projeto que tivesse elementos mais consistentes – para não ser aprovado uma coisa 'no ar' – algo que ninguém sabe exatamente o que é que vai ser, como vai ser, quanto vai custar e que objetivo vai desenvolver. Então, deveriam ser mais objetivo sobre o projeto. Tudo bem, em princípio a ideia está aprovada com louvor, mas para ser feito algum investimento precisaria que fosse detalhado o que vai ser feito, de fato, como é que os recursos vão ser aplicados. Então, é praticamente a única coisa que destacamos. A outra colocação, mais ou menos geral, é aquela velha queixa de que a gente trabalha com números que não existem na realidade, pois são valores que estão no papel, mas que na realidade nunca chegam ao ponto de aplicação dos projetos que são desenvolvidos sejam da SERH ou sejam da APAC. Então, uma briga, que está sempre na pauta de tentar descontingenciar os recursos do FEHIDRO, para que se possa fazer alguma coisa real, e não um jogo de palavras ou de papéis, que na realidade não tem efeito quase nenhum! Algumas coisas existem no ar e um deles não está nesse documento, que é a recomendação sobre a Bacia do Beberibe, que leva o dinheiro todo do FEHIDRO, e no pensamento de alguns, inclusive no meu, talvez eu seja um dos poucos, tinha que se dar um jeito de evitar essa despesa com esse projeto. Com isso seria o caso de rever o que é que tem sido pensado a respeito daquilo ali e provavelmente apresentar um projeto que seja 'palatável' para o 3º Distrito Naval – em vez de se fazer o que a gente imagina que seja a melhor coisa, tentar sentar e procurar uma solução que seja a melhor para ambas as partes. Mas no fim das contas foi tudo aprovado, com apenas essa ressalva da aplicação dos recursos no Projeto Complexo de Vista Alegre e a recomendação para que a gente brigue, lute, para descontingenciar os recursos que dizem pertencerem ao FEHIDRO.” **Simone Rosa**: “Obrigada pela sua exposição! Eu queria só fazer um esclarecimento sobre o que foi citado sobre o Beberibe, esclarecer que esse item foi colocado e tem um valor realmente vultoso porque existe uma Decisão Judicial de que a SEINFRA tenha que fazer esse trabalho, o serviço de remoção dos sedimentos do Rio Beberibe, inclusive já contratamos uma empresa, que está fazendo a medição dos volumes a serem retirados, para que depois a gente possa ter, de fato, esse orçamento. Então, não foi uma decisão que a Secretaria resolveu colocar os recursos lá porque achou que isso era, de fato, mais importante! Precisava eu prestar esse esclarecimento, eu passo a palavra para **Ricardo**.” **Ricardo Braga (da ANE)**: “Em relação à questão do Beberibe talvez fosse interessante que a Secretaria buscasse outra fonte para utilizar nessa remoção do material do Beberibe, ouviu **Queiroga**? É que corroborando com o que você disse e ao mesmo tempo com o que já se colocou em Plenária aqui, de que nós já refutamos isso! Foi um posicionamento apenas, não é obrigação da Secretaria cumprir, mas nós já refutamos em momento anterior a utilização dos recursos do FEHIDRO para a remoção desse material, uma vez que o projeto de dragagem já é bem antigo e que a remoção não tem nada a ver com gestão de hídricos em si – isso é apenas uma observação! Agora, o outro ponto que eu tenho dúvida, quanto ao relatório, e me corrija se eu estiver enganado, é que a parecerista coloca no item 6 (seis) do parecer que: *'entretanto verifica-se a necessidade de maiores investimentos de recursos do FEHIDRO, pelo menos em 50% (cinquenta por cento), na bacia de origem da arrecadação'*. Eu não sei se ela confundiu com a Cobrança Pelo Uso da Água, porque se nós formos fazer isso, vai ser tudo para a Bacia do São Francisco, porque o recurso do FEHIDRO está vindo da Bacia do São Francisco! Entendi, foi sugerido 50% (cinquenta por cento), mas isso não tem nada a ver com o uso dos 'royalties' para as Bacias do São Francisco, se nós estamos pensando na gestão dos recursos hídricos do Estado! Seria uma mudança muito radical daquilo que está se pensando e que se fez ao longo do tempo. Eu não sei se ficou claro! A Cobrança Pelo Uso da Água é uma coisa – que aí, no mínimo 50% (cinquenta por cento) deve ser usado na própria bacia.” **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: “Veja **Ricardo**, a ideia é essa mesmo. Não é sobre o uso da água, isso aqui é sobre os recursos oriundos da geração de hidrelétricas!” **Ricardo Braga (da ANE)**: “Eu colocaria com uma suspeição muito grande!” **Simone Rosa**: “Não sei se houve algum mal-entendido, mas de fato, remete à Cobrança porque aqui tem: *'na bacia de origem da arrecadação'*. Então está bem claro que se trata de Cobrança! **Sandra**, veja só o ponto aqui que **Ricardo** está levantando: a questão aqui, do item 6 (seis) do parecer, que fala: *'verifica-se a necessidade de maiores investimentos de recursos do FEHIDRO, pelo menos em 50% (cinquenta por cento), na bacia de origem da arrecadação'*. E aí **Queiroga** fez o esclarecimento de que não era em relação à Cobrança, mas para mim fica evidente de que é, já que se fala em arrecadação!” **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: “Não é, até porque hoje não existe essa Cobrança!” **Sandra Ferraz (da SERH)**: “Hoje, os recursos ali depositados na conta do FEHIDRO, vem dos 'royalties' do São Francisco, então isso não tem sentido! Não sei se a expressão foi infeliz, porque atualmente os recursos do FEHIDRO – que são estes que estamos tratando aqui – eles não tratam de outros bacias do que da Bacia do São Francisco.” **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: “Na realidade, se a gente for pensar melhor, os afluentes da Bacia do São Francisco levam mais de metade do Estado, então para ficar com 50% (cinquenta por cento) não significa ficar com tudo! Ficam somente com aproximadamente 50 (cinquenta por cento), um pouco menos do que as bacias dos rios afluentes do São Francisco – mas ideia é essa, pode até não ter ficado claro!” **Sandra Ferraz (da SERH)**: “Veja, essa é uma regra da Cobrança Pelo

736 Uso da Água, eu acho que foi esse equívoco aí!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Não é pelo uso da água, porque essa
737 cobrança pelo uso da água ainda não existe!" **Simone Rosa**: "Então, eu acho que merece, procede o ajuste que foi colocado aqui,
738 pelo conselheiro **Ricardo**!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Procede, sem dúvidas!" **Simone Rosa**: "Então, fazemos
739 esse ajuste, não é isso, **Sandra**?" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Então, que tire esse pedaço!" **Simone Rosa**: "Exatamente, vai ter que
740 retirar! Na verdade, é depois do ponto, 'entretanto' – cortar essa parte seguinte! Não tem que fazer ajustes, só tem que retirar essa
741 parte!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Na segunda página existem dois momentos: no item 3 (três) e depois, em Análise dos Planos, no
742 item 6 (seis)!" **Sandra Ferraz (da SERH)**: "Os dois 'entretantos', não é?" **Simone Rosa**: "Sim, retira a última frase." **Ricardo Braga**
743 **(da ANE)**: "A não ser que os companheiros, aqui da Plenária, entendam que deva ser retirados – é só levantarem o braço!" **Simone**
744 **Rosa**: "Eu peço que se manifeste, se alguém tiver esse entendimento contrário ao que nós estamos dizendo aqui, porque o que
745 ficou definido aqui é retirar essa mesma frase que está no item 3 (três), que é a última frase, a partir do 'entretanto' e no item 6 (seis)
746 do parecer técnico." **Ricardo Braga (da ANE)**: "Porque muda totalmente a estratégia de distribuição do FEHIDRO!" **Simone Rosa**:
747 "Perfeitamente, exato!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Mas vejamos, então eu terei que submeter isso daqui para
748 **Everilda**, porque eu acho que a ideia disso aqui é dos recursos originários das águas do São Francisco, porque hoje não existem
749 recursos de outra ordem, não! Existe apenas uma expectativa de recursos." **Simone Rosa**: "Existem os 'royalties' do São
750 Francisco!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Existem! E o São Francisco ficaria somente com a metade e o resto seria
751 para o restante do Estado!" **Simone Rosa**: "É, mas não é isso que tem sido feito – **Ricardo** colocou e realmente é fato! A gente tem
752 feito investimentos na Bacia do Capibaribe, do Ipojuca, etc. Eu não saberia lhe dizer agora os valores, mas certamente são
753 investimentos 'pesados'. Então, não temos nenhuma garantia que estes 50% (cinquenta por cento) está sendo utilizado na Bacia do
754 São Francisco, então realmente, cabe retirar. E também acho que, mesmo fazendo essa alteração, não cabe voltar à CTALI – acho
755 que não, eu poço afirmar, porque a Plenária é soberana, então o que ficar definido aqui nesta Plenária, não tem que retornar para a
756 câmara técnica!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Então, vamos submeter aí a apreciação dos conselheiros: se retira
757 isso, ou faz uma observação que se trata dos recursos originários da indenização." **Simone Rosa**: "Em votação: quem é contrário à
758 retirada dessas duas frases – a última do item 3 (três) e do item 6 (seis), que trata exatamente de aplicar 50% (cinquenta por cento)
759 dos recursos na bacia proveniente? Se não há nenhuma manifestação em contrário, então fica aprovada essa retirada e fica
760 aprovado também o Parecer? Não? Então, uma manifestação aqui de **Flávio**, por favor." **Flávio Duarte (da SDA)**: "É mais um
761 esclarecimento, porque eu acho que esse fundo pode ter uma importância estratégica para além da aplicação em si! A gente nota a
762 necessidade de termos no Estado um processo de envolvimento de vários setores, inclusive do ponto de vista geográfico, do ponto
763 de vista de todas as bacias, nessa compreensão de entendimento da importância estratégica, de projetos que ressaltem o manejo
764 sustentável em relação aos recursos hídricos. Esse é o fundo que pode ter um papel estratégico se a gente der a ele uma dimensão
765 para além da aplicação do recurso em si! A minha indagação é: se não existe uma normativa, uma orientação de como melhor
766 aplicar esse fundo – que poderia inclusive, à exemplo de outras instituições, que fazem Editais Públicos para elaboração de
767 projetos. E esses Editais Públicos têm sido uma estratégia de, primeiro, transparência da aplicação e segundo, de um envolvimento
768 maior por parte dos atores sociais, técnicos, na campanha em si. E às vezes também, quando a gente não faz uma coisa aberta,
769 pública, através de uma mobilização social, de campanhas, etc., a gente vai para um outro extremo que é a falta de bons projetos, e
770 aí a gente é 'obrigado' – entre aspas, ou pelo menos, ficamos mais restritos em termos de opção de aplicação de um recurso que é
771 estratégico! A minha indagação é no sentido de que não foi pensado, no passado, não existe a possibilidade de a gente aproveitar
772 esse fundo e pensar – e aí eu já me coloco à disposição – para a gente pensar na possibilidade de um Edital de Convocação de
773 Projetos para a aplicação do FEHIDRO. É essa a minha indagação, porque eu acho que isso poderia, à luz de outras campanhas
774 que, inclusive, a APAC faz – os prêmios que a APAC aplica – isso mobiliza a sociedade!" **Suzana Montenegro (Presidente da**
775 **APAC)**: "Eu acho que a sugestão de **Flávio** é muito boa, e a APAC fez, no passado, alguns Editais FEHIDRO e especificamente
776 para a questão de revitalização – e foram ações muito importantes, e até hoje, apresentamos isso como coisas de grande impacto!
777 Só que os recursos começaram a ser contingenciados, e aí você colocar na rua um Edital que depois você não vai conseguir honrar!
778 Não, Janelas Para o Rio foi no Programa de Saneamento Ambiental (PSA). Mas agora, uma das componentes no Plano da APAC,
779 que vai um pouco nessa direção. Desculpem, o PSA não Janelas Para o Rio, Pagamento de Serviços Ambientais – foi destinada
780 uma parcela para isso que tem um pouco dessa componente, justamente, da mobilização e da participação de vários atores se
781 apresentando para fazer parte do programa." **Ricardo Braga (da ANE)**: "Lembrando que esse parecer que **Queiroga** colocou, ele
782 bota no seu último item, também a questão do não-contingenciamento dos recursos do FEHIDRO. Eu posso salientar que, mais
783 uma vez, a Plenária se manifesta e vai cobrar da Mesa, no mês de março, a inclusão naquele Projeto de Lei!" **Flávio Duarte (da**
784 **SDA)**: "Porque inclusive, **Suzana**, com a realização do Edital, porque o Edital não é só para a aplicação de um recurso que,
785 teoricamente a gente tenha garantido, porque sob o ponto de vista das Finanças Públicas dos nossos Estados a garantia é muito
786 relativa, não é verdade? Mas eu acho que é de puxar a sociedade, as pessoas que são envolvidas nesse tema, a se dedicar a
787 elaborar, e até de expressar demandas que a gente, às vezes, nem tem noção de que existam, de que são projetos legais. Então,
788 eu acho que era uma forma, de primeiro garantir também, porque se a gente faz uma campanha dessa, faz um Edital, a gente
789 consegue também sensibilizar os gestores públicos, no sentido de que se fossem mais garantidos a aplicação desses recursos, mas
790 independente disso, porque como ele é um fundo, ele pressupõe também a elaboração de bons projetos. Então, o Edital é uma
791 estratégia de também levantar ideias, projetos, frentes de intervenção, de parcerias, que pudessem alimentar a própria captação,
792 também, de recursos do fundo. Então, a minha proposição vai nesse sentido de que, em vez de a gente ser induzido a aprovar

793 projetos por opções, que a gente pudesse pensar – e aí eu acho que não é tão difícil de se fazer, porque nós já temos essas
794 experiências, de Editais Públicos, para contratação e apresentação de possíveis projetos que venham colocar em evidência ações
795 públicas, em parceria, relacionadas à construção de um melhor manejo estratégico dos recursos hídricos no Estado. A minha
796 indagação era no sentido de que a gente pudesse se debruçar sobre isso, trazer na próxima reunião da CTALI a elaboração de uma
797 proposta de Edital para ser lançado, publicado em comum acordo, na perspectiva de captar esses projetos – que poderiam,
798 inclusive, fazer parte de um – não sei o nome técnico agora – de um portfólio, uma reserva de projetos estratégicos, em relação aos
799 recursos hídricos.” **Suzana Montenegro (Presidente da APAC):** “Eu acho que a sua sugestão é muito boa **Flávio!** Hoje a nossa
800 programação aqui da APAC, do FEHIDRO, ela foi feita mais considerando as coisas que nós temos mais urgentes, como a
801 complementação do pagamento da Revisão do Plano Estadual – porque ela não vai ser totalmente coberta pela primeira fonte de
802 pagamento, que é o PSH, outro Plano de Bacia que foi demandado, enfim. Mas essa sugestão acho que é muito boa – como já foi
803 feito no passado. E aqui, como eu disse, estamos colocando um aporte para o pagamento de serviço ambiental, que vai um pouco
804 nesse sentido também. Eu só queria fazer mais uma observação, com relação ao que **Ricardo** colocou pela segunda vez nessa
805 Plenária: eu acho que a Plenária tem sim, que reforçar cada vez mais essa questão do descontingenciamento do FEHIDRO – só
806 lembrando que na reunião do Fórum desse ano, no Encontro dos COBHs, foi feita uma Moção e isso foi encaminhado ao
807 Governador, a Secretária e a outros Secretários. Então eu acho que esse ponto é importante!” **José Carlos Queiroga (da FIEPE-
808 CTOC e CTALI):** “Eu acho que cabe sempre colocar, e é repetitivo, em algum documento fala de busca de fontes de recursos, e a
809 gente, de certa forma, se acostumou a trabalhar com aquilo que chega, recebendo o que chega, e não, indo buscar! Então, essa
810 coisa talvez tenha que mudar, deixar de ser um elemento passivo e passar a ter uma atitude proativa, de ir buscar onde é que pode
811 se conseguir recursos! Existe algum local, alguma fonte internacional? Eu participei uma vez de uma reunião na FIEPE, de alguém
812 que estava vendendo direitos, vendendo participação na conservação de caatingas no Ceará! Então, a pessoa pagava, captava
813 recursos, e certamente ele captava recursos de fora também, porque eu não acredito que ele iria viver com recursos captados por
814 aqui! Então, existem fontes que eu não sei, mas sei de que existem outras possibilidades que estão correndo um pouco ao lado, à
815 margem do que a gente está vendo. Então, caberia um trabalho de inteligência, no caso, de pesquisa para buscar, tentar encontrar
816 essas fontes – onde é que elas existem, para conseguir melhorar a nossa capacidade de execução de algum coisa.” **Suzana
817 Montenegro (Presidente da APAC):** “Muito boa ideia! Vamos ter que fazer isso sim, com certeza! Até porque os recursos do
818 FEHIDRO estão diminuindo. E a Cobrança, mesmo aprovada essa primeira fase, não vai ser implementada de imediato!” **Élcio
819 Barros (da SEMAS- CTPPP):** “Em relação ao Programa de Pagamento de Serviços Ambientais, o Plano de Aplicação dos
820 Recursos do FEHIDRO prevê R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para implantação do Bureau para início do PSA (Programa de
821 Saneamento Ambiental) aqui em Pernambuco. Desde de 2016 foi criada a política e o Programa de Pagamento por Serviços
822 Ambientais aqui no estado de Pernambuco. Eu acho que é um Instrumento Legal, ambiental, de muita eficiência em questão de
823 aumento da produção de água e de melhoria da qualidade das águas, principalmente na Zona Rural, e tem um caso emblemático,
824 que eu acho que muitas pessoas aqui conhecem, que é o caso do município de Extrema, no sul de Minas Gerais, que praticamente
825 é o pioneiro! E aqui em Pernambuco, o Plano de Saneamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca (PSA-Ipojuca)
826 contempla, como uma das ações, os Estudos para Implantação do Pagamento de Serviços Ambientais. Este é um trabalho que está
827 sendo concluído – eu acho que agora no mês de janeiro ou fevereiro será encerrado com a entrega, pela Consultoria, do
828 Documento Final e, cabe à SEMAS, pelo Decreto Estadual, a responsabilidade de coordenar esse trabalho. Além da Lei, outros
829 Decretos já foram criados e a nossa dificuldade é com recursos – a gente acha que nós temos um Programa Piloto, que esse que a
830 APAC financiou, na Bacia do Bitury lá em Belo Jardim, e nós fomos contemplados com recursos do FEHIDRO para o próximo ano,
831 com apenas R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), através da APAC. Então, o que eu proponho aqui – eu não sei se o Conselho,
832 através dos seus membros, têm o poder de modificar, de redistribuir esses recursos previstos, com ressalvas – que são recursos da
833 Secretaria, a APAC já colocou R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e a Secretaria de Recursos Hídricos não colocou nenhum
834 recurso para o Pagamento de Serviços Ambientais. Então, eu proponho, solicito que desses destinados à Secretaria, algum valor,
835 vá também para o Programa de Pagamento pelos Serviços Ambientais para que a gente inicie esse Projeto Piloto aqui em
836 Pernambuco.” **Simone Rosa:** “A gente pode colocar a proposta na própria planificação que foi apresentada pela Secretaria foi,
837 como entendemos, como a melhor forma, mas esse Conselho sempre é soberano, e eu acho que cabe trazer aqui, ao Conselho,
838 ouvir aqui a opinião dos conselheiros em relação a essa proposta da SEMAS, que ocupa assento aqui no nosso Conselho, em
839 relação ao deslocamento – ver se existe a proposta de qual rubrica diminuir para fazer essa alteração.” **Élcio Barros (da SEMAS-
840 CTPPP):** “Veja só, como está aí na tela que o **Queiroga** apresentou, foram aprovadas 02 (duas) propostas com ressalvas e a de
841 maior recursos é o Projeto Complexo Vista Alegre, com R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) – é um projeto também, que se for
842 iniciado no próximo ano não se encerra no próximo ano – ele tem uma continuidade, pois um ano não dá para concluir esse projeto,
843 como também o custo do Pagamento pelos Serviços Ambientais. Então, se a gente conseguisse diminuir em R\$ 200.000,00
844 (duzentos mil reais) para o Pagamento de Serviços Ambientais, os recursos de Serviços Ambientais dobraria e não traria prejuízo ao
845 Projeto Vista Alegre, até porque nós já estamos numa fase bem adiantada – já temos o Diagnóstico Ambiental, já temos a área
846 selecionada – é só partir para a execução do projeto!” **Simone Rosa:** “Então eu pergunto, coloco em votação – só um minutinho!”
847 **Flávio Duarte (da SDA):** “Eu quero saber o seguinte: esse projeto Vista Alegre, foi apresentado enquanto um projeto técnico, com
848 orçamento, porque pelo que você falou, **Queiroga** usou essa palavra: ‘é um projeto de intensão’ – eu acho que nós do Conselho
849 deveríamos ter esse rigor porque é um recurso tão suado, é um recurso tão estratégico que eu acho que a gente não deveria votar

em cima de uma coisa intencional – por isso meu esclarecimento para que eu possa votar de maneira bem rigorosa, criteriosa – se existe um projeto, porque eu acho que a gente deveria apenas recomendar a aplicação de um recurso, de um fundo estratégico, se tivesse um projeto de viabilidade, um estudo de viabilidade. Então, a minha pergunta é essa.” **Simone Rosa**: “Veja, não existe um projeto elaborado de custo de viabilidade. Existe assim, **Sandra** inclusive preparou alguns slides do que se pretende destina esses recursos, porque justamente parte desses recursos seria para se elaborar o projeto. Então, quando a gente quer construir uma obra, a gente tem ideia de fazer alguma coisa e o primeiro passo é contratar um projeto. Então o projeto, realmente, de fato, não existe! Essa ideia surgiu por conta de que existe um espaço que tem que ser ocupado e aí o primeiro ponto – se isso fosse aprovado – seria contratar esse projeto. Tem alguns slides, mas não sei se cabe devido ao adiantado da hora, porque a gente tem mais dois pontos de pauta ainda, que são o Progestão e o Calendário de Reuniões-2020 – mas nós temos alguns slides. Então, respondendo a pergunta de **Flávio**: não existe o projeto – se isso fosse aprovado o primeiro passo seria elaborar o projeto! Então, diante disso a gente precisa colocar em votação, porque se o Conselho entende que não é relevante, inclusive porque esse recurso que foi colocado para isso a gente parte – conforme a sugestão da SEMAS e colocado para o Pagamento de Serviços Ambientais, e a outra parte pode ser redistribuída nos demais itens – é uma alternativa. Inclusive, a gente precisa saber se a gente ainda tem quórum para deliberar, não é?” **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: “Na realidade não existe um projeto físico, existe uma ideia de aproveitar lá um casarão para transformar, com algumas atividades de fortalecimento da mentalidade da sustentabilidade, etc. então a CTALI sugere que não seja feita nenhuma atividade real, ou seja, que não seja feito nenhum desembolso sem uma ideia do que vai ser feito mesmo, e como é que isso vai ocorrer! Inclusive, nós não temos essa capacidade de avaliar o grau de prioridade de uma coisa, ou de outra – a gente não sabe! Nós não temos a condição de avaliar esses dados, mas pelo menos a gente restringe a possibilidade de ser feito um trabalho, apenas depois de souber o que é que vai ser feito. Essa é a colocação da CTALI em relação a esse tema.” **Simone Rosa**: “Bem, então eu retorno para o Plenário para que a gente possa deliberar.” **Gizélia (da SERH)**: “Desculpe, está havendo um esvaziamento dos conselheiros, nós precisamos aprovar ainda mais dois tópicos, eu gostaria que vocês fossem, por favor, mais sucintos, porque infelizmente nossos companheiros estão abandonando a reunião. Nós temos um limite regimental de 09 (nove) conselheiros para deliberações!” **Flávio Duarte (da SDA)**: “Ok, vou seguir a sua orientação! Eu quero apresentar uma proposta concreta: primeiro, incorporar essa proposta da SEMAS, porque nós do IPA vimos acompanhando um projeto de produção de água, e realmente um projeto que foi gasto, investido um recurso na elaboração do projeto, na construção de uma gestão, mas que agora está no momento mais importante, mais estratégica, que é da aplicação e, com muita dificuldade de recursos, porque também pressupõe um aporte e que não se vislumbra tanto esse aporte. Então, se tem esse fundo, eu gostaria de contemplar essa proposta, mas que a gente não aprovasse, levasse essa possibilidade da elaboração do Edital Público para aplicação e que a gente solicitasse, enquanto Conselho, um referencial mais técnico, pelo menos um Projeto Executivo para o Projeto Vista Alegre, em Palmares.” **Simone Rosa**: “Bem, então vou tentar objetivar aqui, e aí vamos ver se todos concordam. Então, a gente faz um remanejamento do valor do Projeto Vista Alegre: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para Pagamentos por Serviços Ambientais a gente retira do Projeto Vista Alegre, e o restante ficaria para que se fosse elaborado um Edital do FEHIDRO – é essa a proposta? Ok, então ficou claro, para a gente poder deliberar? Seria retirado do Plano de Aplicação o item 4.7 - Apoio à implantação e funcionamento de Projetos integrados Água e Ambiente: Projeto Complexo Vista Alegre para 02 (dois) serviços: um seria para Pagamentos por Serviços Ambientais no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e outro, o restante do valor do Projeto Vista Alegre a gente destinaria a um Edital para Elaboração de Projetos voltados aos recursos hídricos.” **Suzana Montenegro (Presidente da APAC)**: “Para Editais de Projetos!” **Simone Rosa**: “É uma proposta! Teria uma outra proposta que seria ao invés de colocar em Edital, redistribuir proporcionalmente os valores – é uma outra proposta, e aí eu preciso ouvir a Plenária!” **Roberto Cavalcanti (Diretor de Administração e Finanças da APAC)**: “A proposta que está sendo apresentada da aplicação dos recursos em Projetos de Saneamento Ambiental pela SERH, ela não está prevista nas atribuições da Secretaria – isso teria que ser feito pela APAC! E a APAC não tem mais limite dentro do Plano de Aplicação apresentado para acrescentar esse valor dentro do Plano. Então, se for para alterar esse Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO pela SERH, não pode ser colocado para esse fim porque não está previsto institucionalmente pela Secretaria. Na verdade, o Plano de Aplicação foi apresentado para a CTALI – tanto o Plano de Aplicação da APAC quanto o Plano de Aplicação da SERH – eles analisaram e apresentaram esse parecer como favorável para a aplicação da forma como foi apresentado. A votação no momento estava para a aprovação do Parecer da CTALI, e não de alteração dos Planos de Aplicação! Já foi deliberado a retirada do Plano de Aplicação do item 4.7, como alteração do Parecer da CTALI.” **Simone Rosa**: “Obrigada pelos seus esclarecimentos, **Roberto**! Uma outra alternativa seria a seguinte, porque o condicionante aqui, para a questão do Projeto Vista Alegre é não implementar se não houvesse o projeto, mas o primeiro ponto seria elaborar um projeto, então no meu entendimento, nós colocamos isso aqui pensando em dar um passo de cada vez, até porque Vista Alegre fica aqui na Mata Sul – onde nós temos um dos passivos ambientais, a maior barragem aqui do Estado, construída pela Secretaria de Recursos Hídricos, com 303.000.000 m³ (trezentos e três milhões de metros cúbicos), então é uma área importante! Então, estou remetendo, novamente, pois não podemos colocar já no Pagamento de Serviços Ambientais, e a outra alternativa, caso a gente realmente tire o Complexo Vista Alegre, é a questão do Edital, que a gente precisa checar isso legalmente também, o valor que pode ser colocado, destinado ao Edital.” **Suzana Montenegro (Presidente da APAC)**: “Eu queria apenas que **Élcio** esclarecesse, porque ele tem mais conhecimento da questão da Política de Pagamento de Serviços Ambientais, porque na verdade, quando você tem um projeto, os aportes podem ser diversos, não é? Não significa que vai ser executado! Não sei, acho que **Élcio** poderia esclarecer isso.” **Élcio Barros (da SEMAS- CTPPP)**: “A Lei que criou a Política e o

Programa de Pagamento por Serviços Ambientais traz, entre os seus artigos, o Fundo Estadual de Serviços Ambientais, e esse Fundo Estadual, além de poder receber recursos do Orçamento do Estado, ele recebe recursos de qualquer outra fonte, desde fontes através de convênios, fontes nacionais, fontes internacionais, Emendas Parlamentares. Só que desde que a Lei foi promulgada em 2016, o Estado não tem tido condições de colocar dentro do seu Orçamento, dentro do Orçamento da SEMAS, recursos para Pagamento por Serviços Ambientais. Então nós estamos tratando, nas diversas instâncias, junto às diversas entidades, buscar recursos para que esse programa seja iniciado. Inclusive, eu fui por acaso, para a reunião da CTALI em que foi aprovado este parecer, este Plano de Aplicação, porque quem representa a SEMAS, na CTALI não pôde comparecer, eu participei e não tinha direito ao voto, mas a gente chamou a atenção para essa questão e eu acho que é uma oportunidade, de a gente realmente começar esse Projeto Piloto de Bitury, para o Pagamento por Serviços Ambientais, com aporte do FEHIDRO – eu acho que pela característica dele, de produção de água, de proteção de nascentes, ele está enquadrado no que o FEHIDRO se dispõe a apoiar.” **Simone Rosa:** “É, mais eu acho que tem a questão legal que **Roberto** levantou e que procede – a questão das competências! Então, se está na competência da SEMAS, se não está na nossa competência – a gente vai checar e conferir isso! Apesar de que já foi colocado aí para todos vocês.” **Élcio Barros (da SEMAS- CTPPP):** “Veja, o Fundo eu não sei, mas **Roberto** acho que percebe isso, e pode até esclarecer mais sobre isso, mas se esse recurso do FEHIDRO entra no Orçamento da Secretaria, o nosso fundo pode receber recursos de qualquer fonte! Então, não sei **Roberto**, se você pode esclarecer se há algum impedimento para que a Secretaria coloque esse recurso no Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais” **Roberto Cavalcanti (Diretor de Administração e Finanças da APAC):** “Não seria a questão da aplicação do recurso do FEHIDRO! Seria, a SERH – como órgão que faz parte da SEINFRA – tem na sua competência a aplicação de recursos em Serviços Ambientais. Na APAC está previsto, desde que esses Serviços Ambientais sejam voltados para os recursos hídricos. Então, fazer esse tipo de serviço pela APAC, com recursos do FEHIDRO, ou com outro recurso, poderá ser feito! Na Secretaria não pode, independente do recurso ser do FEHIDRO, porque não está institucionalmente previsto para a Secretaria fazer Serviços Ambientais.” **Élcio Barros (da SEMAS- CTPPP):** “Mas não pode fazer um destaque orçamentário e passar para a SEMAS?” **Roberto Cavalcanti (Diretor de Administração e Finanças da APAC):** “Bom, aí a gente vai ter que aprofundar esse estudo junto da Secretaria.” **Simone Rosa:** “Eu acho que é prudente, se existe esse impedimento legal, que a gente não faça essa alteração – é a minha opinião, porque existe uma questão de um impedimento legal, porque não está na competência da Secretaria, então realmente, não podemos avançar nesse sentido!” **Élcio Barros (da SEMAS- CTPPP):** “Veja só, eu não sou especialista, mas pode-se fazer um destaque orçamentário de uma Secretaria para uma Autarquia, para uma empresa, e de uma Secretaria para outra! Não sei agora que decisão se pode tomar, mas se poderia tomar a decisão de colocar na ATA hoje, a disponibilidade desse recurso para o PSA – para o Pagamento por Serviços Ambientais, desde que possa se fazer um destaque orçamentário. Eu acho que **Roberto** deveria ver isso aí melhor!” **Simone Rosa:** “Eu acho que o máximo que a gente pode fazer hoje, é dizer que houve essa solicitação e a gente fazer uma avaliação legal sobre isso, à luz de criação da SEINFRA, que foi de dezembro do ano passado, e ser realmente, digamos assim, bem esclarecido!” **Élcio Barros (da SEMAS- CTPPP):** “Se esclarecido e favorável, o Conselho já autorizaria a partir de hoje!” **Simone Rosa:** “Exatamente! Então isso ficaria aprovado, condicionado ao esclarecimento legal de haver essa possibilidade. E então precisa a gente precisa, em relação a esse recurso, independentemente dessa ressalva, do valor que vai ser destinado ao PSA, ou não, a gente tem duas alternativas do que vai ser feito com esse recurso do item 4.7, do Projeto Vista Alegre. E aí eu estou colocando duas alternativas - pode existir alguma outra - e aí fiquem à vontade para colocar! A primeira que eu coloco é a redistribuição desses valores nos demais itens, proporcionalmente ou destinar o valor total, que é um valor razoável, embora a gente talvez não vá captar todo esse valor, não é? Mas espero que sim! Destinado então para Edital para a captação de projetos. Então, a gente parte agora para a deliberação - está colocado em votação: alternativa um é a redistribuição do valor do Projeto Vista Alegre, do item 4.7, proporcionalmente nos demais itens; e a alternativa dois é deixar o valor total para um item que seria Edital de Projetos que seriam abertos – à exemplo do que acontece com o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) hoje, não é? Que já teve Edital e lançou projetos! Eu pergunto se existe mais alguma alternativa, ou se podemos votar na alternativa um ou dois?” **Élcio Barros (da SEMAS- CTPPP):** “Precisa nessa sua primeira proposta fazer alguma referência ao Pagamento por Serviços Ambientais.” **Simone Rosa:** “Os R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ficariam garantidos – não havendo o impedimento legal!” **Élcio Barros (da SEMAS- CTPPP):** “Não! É porque na proposta original, consta Pagamento por Serviços Ambientais na proposta da APAC, e na da SERH não! então tem que fazer referência nessa proposta da Secretaria.” **Simone Rosa:** “Eu não fiz referência pelo seguinte: Em não havendo Impedimento Legal, o valor que vai é separa os R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o Pagamento por Serviços Ambientais, e vai o restante: um milhão, quinhentos e alguma coisa. Se não, vai o valor total! Só por isso que não fiz a referência, mas eu suponho que ficou claro! Então, alternativa um: redistribuição dos valores! Quem vota na alternativa um? Alternativa dois – quem for votar para deixar destinado, então, todo o recurso do Projeto Vista Alegre, menos os R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) do Pagamento por Serviços Ambientais – se tiver respaldo legal! Quem vota na alternativa dois? Temos 08 (oito) votos e eu voto também! Então, a alternativa dois foi aprovada! Então, fica aprovado o Parecer Técnico da CTALI, a respeito do Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO para 2020, com a condição acima, sem o Projeto Vista Alegre. Bem, e com isso passamos então para o nosso próximo ponto de pauta, que a Apresentação do Plano Plurianual do Progestão, para 2019 a 2022, que será feita pela Diretora-Presidente da APAC.” **Suzana Montenegro (Presidente da APAC):** “Bom, eu vou procurar ser muito breve porque senão a gente não tem a apreciação de vocês. Na verdade, esse recurso do Progestão a gente teve oportunidade de apresentar aqui no Conselho, é fruto de um Convênio com a ANA, é um Programa Nacional, mas a ANA

964 simplesmente não repassa esse recurso ao Estado – nós temos um Convênio assinado, mas temos uma série de requisitos que
965 precisam ser cumpridos – é um recurso suado, são 31 (trinta e uma) Metas Estaduais que têm que ser aprovadas pela CTALI e pelo
966 Conselho, mais 05 (cinco) Metas Federativas – que são repassadas, diretamente para a ANA, e mais alguns condicionantes, dentre
967 eles, a apresentação na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) de um Relatório de Gestão – isso foi feito
968 nessa semana, inclusive eu fiz a apresentação! E também a apresentação nesse Conselho, do Plano de Aplicação do FEHIDRO. Eu
969 vou chamar o nosso Diretor Administrativo-Financeiro para fazer uma breve apresentação – só com os principais pontos e ressaltar
970 que esse Plano de Aplicação foi elaborado pela Diretoria Colegiada da APAC – que está toda aqui presente, a Diretoria da
971 Presidência, a Diretoria de Recursos Hídricos, a Diretoria de Regulação e Monitoramento e a Diretoria de Administração e Finanças,
972 e procurando respeitar uma indicação da Agência Nacional de Águas (ANA), de usar no máximo de 25% (vinte e cinco por cento)
973 dos recursos para despesas correntes, e o restante em investimentos – leia-se investimentos: planos, estudos, enfim, estruturação
974 do sistema de gestão. Só para citar um exemplo, eu não queria deixar de fazer esse registro, nós estamos finalizando aqui 02 (dois)
975 Planos de Bacia: o Plano da Bacia do Pajeú e o Plano da Bacia Una e do Grupo das Bacias Litorâneas GL4 e GL5. Esses planos
976 foram financiados com recursos do FEHIDRO e o aporte final vai ser justamente do Progestão, assim como outros estudos, outras
977 ações estruturadoras que **Roberto** vai apresentar aqui para nós. Mas eu gostaria de fazer o registro para ver porque a gente chama
978 isso aqui de investimento, porque é justamente uma possibilidade de alavancar novos recursos – como está sendo feito com os
979 Planos da Bacia do Ipojuca e do Capibaribe, que já foram reportados aqui em diversas ocasiões.” **Roberto Cavalcanti (Diretor de**
980 **Administração e Finanças da APAC):** “Bem pessoal, esse plano que inicialmente foi apresentado para vocês no final do ano
981 passado, para aplicação a partir de 2019, é uma plano que está na cópia que foi distribuída hoje – ele está no verso desse
982 documento, e que por deliberação da ANA, a gente teve que fazer alteração na Aplicação dos Recursos, principalmente na questão
983 de recursos de custeio. Então por isso a gente precisou fazer essas alterações por solicitação da ANA, que fosse apreciado mais
984 uma vez pelo Conselho. Nós estamos aplicando os recursos de custeio até o máximo de 30% (trinta por cento) dos recursos do
985 Progestão, e o restante dos recursos que a gente aplicasse tudo em investimentos! Então, dentro dos recursos de custeio,
986 basicamente tivemos a aplicação desses recursos no ano de 2019 com diárias, com passagens aéreas, com suprimentos, serviços
987 de transportes e despesas de organização de eventos com os colegiados, entre outros. E na aplicação dos recursos em
988 investimentos tivemos aquisição de material permanente e o pagamento dos Planos Hidroambientais que foram apresentados aqui
989 pela Presidente **Suzana**. Fizemos uma aplicação dos recursos de R\$ 1.084.000,00 (um milhão e oitenta e quatro mil reais) até
990 novembro, e estimamos que fechamos aí em R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) na aplicação desses recursos no ano de
991 2019. E para os Exercícios seguintes, como está apresentado na planilha, que está na mão dos Senhores – basicamente é isso
992 gente!” **João Pessoa (da FAEPE):** “Apenas em alguns itens aqui, eu queria um melhor esclarecimento. E também ter patente a
993 minha admiração em relação aos montantes, que eu também posso dizer agora, por exemplo: capacitação de recursos hídricos,
994 onde temos um total para os quatro anos de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais); serviços de buffet para reuniões; R\$
995 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais) – é isso?” **Roberto Cavalcanti (Diretor de Administração e Finanças da**
996 **APAC):** “Conselheiro, essa planilha que o Senhor está lendo isso, foi alterada para a que está no verso desse papel!” **João Pessoa**
997 **(da FAEPE):** “Ah! Então agora eu preciso analisar tudo.” **Simone Rosa:** “**Suzana** vai dar uns esclarecimentos aqui, sobre esses
998 valores!” **Suzana Montenegro (Presidente da APAC):** “Na verdade, esse Plano de Aplicação ele é apresentado ao Conselho, mas
999 o Conselho não precisa aprovar – ele é aprovado pela Diretoria Colegiada da APAC! Mas claro, que nós estamos à disposição para
1000 dar os esclarecimentos!” **Simone Rosa:** “Bom, então diante desse esclarecimento, de que é apenas para dar conhecimento e o
1001 documento foi encaminhado aos Conselheiros, então acho que não cabe deliberação, como foi esclarecido e foi dada a ciência!
1002 Então, o ponto final é a discussão do Calendário das Reuniões do CRH para 2020, para o próximo ano e esse calendário segue
1003 exatamente o que vem sendo praticado aí nos últimos anos, que nós temos 03 (três) Reuniões Ordinárias, e a primeira acontecendo
1004 em março – como foi solicitado que sempre fosse antes do dia 15 (quinze) de março e então ficou para o dia 12 (doze) de março –
1005 seguindo a praxe que sempre temos feito as reuniões às quintas-feiras. Então, primeira Reunião Ordinária no dia 12 (doze) de
1006 março; segunda Reunião Ordinária no dia 13 (treze) de agosto e a terceira Reunião Ordinária no dia 10 (dez) de dezembro –
1007 lembrando que, sempre que necessário, serão convocadas Reuniões Extraordinárias, e claro que não temos nenhuma previsão
1008 porque são extraordinárias. Alguém tem alguma objeção com este Calendário? Se alguém tiver alguma objeção, por favor se
1009 manifeste! Em não havendo objeções, então **fica aprovado por unanimidade esse Calendário de Reuniões do CRH para 2020!**
1010 Deixamos em aberto o item Outros Assuntos, para acaso, algum conselheiro quisesse trazer alguma informação, e aí temos dois
1011 conselheiros, **Flávio (da SDA)** e depois o professor **Waldir.**” **Flávio Duarte (da SDA):** “É só uma preocupação, Sandra, porque
1012 você vai estar na Comissão que vai trabalhar na construção do Regimento Interno, e a gente teria que marcar uma reunião antes do
1013 dia 12 (doze) porque a Comissão vai ter uma previsão de 90 (noventa) dias, então talvez, um indicativo de uma reunião para o mês
1014 de janeiro, para que a gente pudesse agendar.” **Sandra Ferraz (da SERH):** “Antes do Carnaval a gente já deve ter esse desafio
1015 **Flávio**. Você está no Grupo? Vamos eleger aí o Coordenador e o Relator, mas eu acho que a intensidade do trabalho vai ser em
1016 janeiro – é um desafio, pois a gente sabe que janeiro é um mês difícil, mas a preocupação é que, antes disso vai para a CTALI, e é
1017 importante, mas a gente está atento! O trabalho vai ser árduo, mas eu acho que na primeira reunião a gente define um calendário.”
1018 **Waldir Costa (da UNIECO e CTAS):** “É sobre duas correspondências da CTAS, solicitações que foram encaminhadas à SERH: a
1019 primeira não vou detalhar porque é um assunto que já foi discutido e aprovado, sobre aquela questão da Cobrança de Águas
1020 Subterrâneas ser 03 (três) vezes maior do que a das Águas Superficiais – isso aí passou à revelia da câmara, pois ela não foi

consultada, mas nessa altura não tem mais jeito, apenas a câmara estranhou essa discriminação da água subterrânea! A segunda questão é mais importante: ainda neste mês deverá ser ingressada, provavelmente na Câmara dos Deputados, uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) mudando a dominialidade das águas subterrâneas! Atualmente, pela Constituição Federal, todas as águas subterrâneas são de dominialidade do Estado, ao contrário das superficiais, que quando passa de um Estado para outro, passam a ser de domínio da União! E esta PEC de autoria de uma série de Deputados, encabeçada pelo Túlio Gadêlha daqui de Pernambuco, que quer que todas as águas subterrâneas, cujos os aquíferos passem de um Estado para outro, sejam de domínio da União! E a justificativa dessa PEC é apenas para que estudos sejam feitos nesses aquíferos, sempre que o aquífero passe de um Estado para outro, o estudo seja feito no aquífero como um todo, e não, no Estado independente. Ora, isso aí já vem sendo feito, independente da dominialidade. A ANA tem feito vários estudos de Bacias Hidrogeológicas, e recentemente de toda a Bacia Amazônica, com 06 (seis) Estados, e foram feitos pela ANA, independente da dominialidade! Não é preciso que a dominialidade seja concedida para que esses estudos sejam feitos. Por outro lado, a Bacia Pernambuco-Paraíba – que passa pela Bacia Costeira, que vai do Estado de Pernambuco, Paraíba e vai até o Rio Grande do Norte, não tem nenhuma ligação com a outra, em termos de fluxo do aquífero – os fluxos são de Oeste para Leste, e o que a gente estuda aqui na Região Metropolitana do Recife (RMR) não vai interferir, em nada, na Região Metropolitana da Paraíba. Por outro lado, essa dominialidade das águas subterrâneas passando para a União, não seria somente os estudos que iriam passar para a União, mas toda a gestão de águas subterrâneas teriam que ser de domínio da União! Eu não concebo como é que você vai perfurar um poço no Recife, ter que pedir a ANA para fazer a outorga desse poço, e a cobrança que também vai ser feita! O estudo, o acompanhamento do próprio aquífero, a fiscalização – todos os instrumentos de gestão que atualmente são de domínio do Estado, passariam para a União – isso é um completo absurdo, que eu não posso conceber! Então, a CTAS se reuniu quinta-feira passada, inclusive, convidou os integrantes da CTALI e da CTOC – que não compareceram, mas mesmo assim a CTAS verificou esse absurdo e solicita que o Governo de Pernambuco, através dos seus Deputados Federais, tentem impedir a aprovação dessa PEC, que vai ser um total absurdo para o controle e gestão dos aquíferos em todo o Brasil – não é somente em Pernambuco! Imaginem que lá em São Paulo, por exemplo, se precisar fazer um poço tem que ir para a ANA, porque a Bacia do Paraná envolve vários Estados da região. A Bacia do Amazonas envolve 06 (seis) Estados e cada poço de Manaus precisaria da gestão da ANA – isso é um absurdo e não se pode conceber! A única justificativa dessa PEC só fala mesmo em estudos e estudos já vêm sendo feitos – sem precisar que as águas sejam de domínio da União! Essa é a nossa contribuição que eu gostaria de dar. Por último, eu queria fazer uma pergunta: o que é feito daquele estudo que aprovamos aqui, que foi feito pela CTAS e foi aprovado pelo Conselho, para o pequeno agricultor rural? Nós não tivemos nenhum retorno de como anda essa questão! Obrigado!" **Simone Rosa:** "Obrigada, pelos esclarecimentos e pelas informações, que foram dadas aqui! Sobre o Projeto de Lei sobre Agricultura Familiar, **Suzana** vai falar." **Suzana Montenegro (Presidente da APAC):** "O Projeto de Lei da Agricultura Familiar não foi encaminhado à ALEPE – ele vai ser apresentado na Comissão da ALEPE que originou a demanda, que foi a Comissão de Administração, tinha uma reunião marcada para esta semana, que não ocorreu e a ALEPE está entrando em recesso, então essa reunião será remarcada na volta do recesso, em fevereiro, com a Comissão de Administração Pública!" **Simone Rosa:** "Então, não havendo mais Outros Assuntos a tratar, vamos dar por encerrada esta reunião, desejando a todos Boas Festas e agradeço à colaboração e a participação durante esse ano de 2019, em nome do Conselho, e que a gente tenha uma participação bastante efetiva também para o ano que vem! Aguardo a todos aqui, em 2020, para continuarmos os trabalhos!"



SIMONE ROSA DA SILVA
Secretária Executiva do CRH